



proffuncionário

Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação

Educadores e educandos: tempos históricos

2



Escola Caetano de Campos/Acervo da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

proffuncionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação / Educadores e educandos: tempos históricos

2



Ministério da Educação



FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
3ª edição atualizada e revisada – 2008



proffuncionário

Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação

Educadores e educandos:

Tempos históricos

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

3ª edição atualizada e revisada – 2008

Brasília

Governo Federal

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica

Universidade de Brasília(UnB)



*pro*funcionário

Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

B823 Educadores e educandos : tempos históricos / elaboração: Maria Abádia da Silva. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.

106 p. : il. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário ; 2)

ISBN 85-86290-48-3

1. Profissionais da educação. 2. História da educação. 3. Formação profissional. I. Silva, Maria Abádia da. II. Título. III. Série.

CDU 37(09)(81)

3ª edição atualizada/revisada - 2008

Apresentação

Você, funcionário de escola pública, está cursando o Profun-
cionário, um Curso Técnico de Formação para os Funcionários
da Educação, que vai habilitá-lo a exercer, como técnico, umas
das profissões não-docentes da educação escolar básica. Este é o
segundo de seis módulos da Formação Pedagógica, aos quais se segui-
rão três módulos técnicos comuns às quatro habilitações e sete módulos
da formação técnica específica de sua profissão.

Nesse segundo módulo, dedicado à compreensão da educação, da escola e
dos processos de construção das instituições escolares ao longo da história do
país, você encontrará o texto-base, as gravuras, atalhos para internet, bibliografia,
informações complementares e atividades para a reflexão e para registro em seu
memorial.

Ao final de cada unidade, você encontrará uma bibliografia com autores que podem
complementar os seus estudos sobre as conquistas e as lutas dos trabalhadores em
defesa da educação pública, gratuita, obrigatória e democrática.

Vamos recuperar o que você já sabe e já estudou e acrescentar uma reflexão sobre
a organização da educação e da escola brasileira, por meio dos processos históricos,
políticos, econômicos e sociais.

Este curso pretende oferecer subsídios para que você possa participar e qualificar-se
melhor para o desempenho de tarefas educativas no seu local de trabalho e discutir o
significado do seu fazer profissional dentro da escola, contribuindo, assim, para a for-
mação de nossas crianças, adolescentes e adultos.

Objetivo

Espera-se possibilitar ao cursista, funcionários de escola, a aquisição de conhecimen-
tos históricos e de interpretações da escola e da educação como espaços coletivos de
formação humana, de contradições, de diversidade étnico-cultural. Espera-se que o
cursista compreenda a educação e a escola como parte da cultura de um povo, num
determinado tempo e espaço. E, além disso, que a história é construída por homens e
mulheres em movimentos constantes de transformação, de rupturas ou de continui-
dades.

Ementa

A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o
significado das instituições escolares. Educação e Ensino. Funções da escola na socie-
dade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos:
continuidades e descontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência.
Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Governo, mercado
e educação.

Sobre a Autora

Maria Abádia da Silva

Maria Abádia da Silva possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1985), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas(Unicamp) (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Atualmente é professora adjunto na Universidade de Brasília- Faculdade de Educação. Atua no Programa de Mestrado em Educação e desenvolve estudos e pesquisas na área da Educação com prioridade para a História da Educação Brasileira e Políticas para a Educação Básica, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, políticas para educação básica, Banco Mundial e gestão.

Outras publicações:

Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial. 1. Ed. Campinas: FAPESP/AUTORES ASSOCIADOS, 2002. v. 2000. 224 p.

SILVA, M. A.; MONLEVADE, J. A. . Quem manda na Educação do Brasil?. 2 e. ed. Brasília: Idea, 2000. v. 3000. 200 p.

Sumário

Unidade 1 – Para que estudar e compreender a educação por meio da história? **13**

Unidade 2 – Educação construída pelos padres da Companhia de Jesus **19**

Unidade 3 – Aulas régias: a educação dirigida pelo Marquês de Pombal **25**

Unidade 4 – A família real portuguesa e a educação das elites **33**

Unidade 5 – A educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino **39**

Unidade 6 – A República dos coronéis e as pressões populares pela educação escolar **51**

Unidade 7 – Manifestos de educação: ao povo e ao governo **57**

Unidade 8 – O golpe militar e a educação pública **65**

Unidade 9 – Redemocratização: cidadãos e consumidores **75**

Unidade 10 – Identidade profissional e projeto político pedagógico **83**

Unidade 11 – Políticas para a educação pública: direito e gestão **93**

Referências 100

“Minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.”

Paulo Freire

Introdução

A sociedade brasileira vive processos rápidos de mudanças, e as escolas cada vez mais têm de acompanhar, participar e formar cidadãos para lidarem com mudanças, continuidades e rupturas. De nós todos que trabalhamos dentro de instituições escolares, exigem-se novas maneiras de atuarmos como profissionais da educação e, nesta tarefa, sermos educadores e gestores num palco em que tudo acontece muito rápido, a escola.

Nesse sentido, é necessário saber que espaço é a escola? Como os funcionários das escolas podem ser educadores? Como se educa em outros espaços dentro da escola? Como se ensina e como se aprende em outros espaços da escola? Por que a escola é diferente de outras instituições sociais? Por que os funcionários das escolas necessitam de formação profissional?

Para compreender a si próprio, a sua relação com o outro e com a natureza, o homem tornou-se senhor de sua história e de seus processos educativos num determinado tempo e lugar. No entanto, o desenvolvimento cultural permitiu aos homens e às mulheres construir e modificarem a sua história e as suas formas de educação e organização econômica, política e social.

Sempre ouvimos falar de cursos de capacitação e qualificação dos trabalhadores como forma de conseguir um emprego ou como forma de melhorar o desempenho das funções no local de trabalho. Hoje em dia, aqueles que estão trabalhando deparam-se com novos desafios, exigem-se deles outras atitudes e posturas. Como tomar decisões coletivas nesse contexto? Como agir dentro da escola, de modo a torná-la mais democrática?

Na realidade, sabemos que, de maneira geral, aos funcionários das escolas públicas, depois de seu ingresso, pouco foi oferecido para a formação continuada e para a compreensão do significado do trabalho na instituição escolar formal. Tampouco, foram propiciadas condições objetivas que contribuíssem para que o seu fazer profissional se transformasse numa tarefa educativa, de respeito, compartilhamento, cooperação e aprendizagem coletiva e social.

A vontade e o compromisso de trabalhar na escola pública não são suficientes. Há de se buscar a discussão sobre os processos de trabalho na escola, as dinâmicas de atuação e participação, a valorização profissional e a formação continuada, entre outros.

O ingresso na escola é o primeiro passo do funcionário, que deve ser seguido de outros, visto que a escola é um espaço de formação,

criação, invenção, inovação, socialização, transmissão e apropriação de valores, princípios e sentimentos. Novas exigências têm sido cobradas dos que trabalham com educação, em todos os níveis, nos turnos diurno e noturno. Em todas as regiões do país, é preciso capacitar as secretárias, as merendeiras, os vigias, os inspetores de estudantes, as auxiliares de serviços gerais, os motoristas. Não podemos ficar isolados, temos sempre algo ainda a apreender. Isolados não crescemos; quando partilhamos saberes, aprendemos.

Os tempos de hoje, 2005, demandam, de todos nós, atitudes que educam. Seja nas relações de ensino-aprendizagem entre professor e estudantes, seja nas relações profissionais entre funcionários das escolas e estudantes, pais e comunidade local. As atividades profissionais dos funcionários desenvolvidas nos espaços extra-classe podem contribuir para o desenvolvimento da escola, dos educandos e dos educadores, por meio da co-participação nas decisões e de ações voltadas para uma educação de homens e de mulheres ativos e solidários.

Na verdade, nestes tempos de muita pressa, muito consumo, muita violência, toda comunidade escolar se vê diante de outras situações do criar, recriar, ensinar e aprender. Adultos, jovens e crianças estão dentro da escola. Como se relacionar com eles? Como atraí-los com algo que tenha significado em suas vidas? Que saberes e conhecimentos você, funcionário de escola, precisa adquirir para, com responsabilidade e postura educativa, contribuir com a formação de meninos e meninas, homens e mulheres? Você que, provavelmente, todo dia, está acostumado com seus afazeres gostaria de exercer sua atividade com domínio de conhecimentos da dimensão formativa educativa?

Na atividade que exerce, enquanto trabalha com meninos e meninas na escola, você pode agir como educador e acrescentar outros elementos na formação dos estudantes. E, para isso, uma das maneiras de agir, interagir e intervir com responsabilidade é dominar os conhecimentos e os saberes teóricos e profissionais que nos auxiliam e nos qualificam para educar e tomar as melhores decisões diante das questões que acontecem ou que chegam às escolas todos os dias.

O que sabemos é que estamos num rápido processo de mudanças familiares, sociais, políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas. A sociedade brasileira torna-se cada vez mais complexa, plural, dinâmica e repleta de diversidades e diferenças. Para compreender a sociedade brasileira é preciso conhecer a história dos homens e das mulheres que, como sujeitos, construíram esta história. E, assim, é fundamental compreender a importância da ação de cada um e de todos nesse processo.

Convidamos você a mergulhar nesta história e ajudar a construí-la!

1

**Para que estudar
e compreender a
educação por meio
da história?**

Em todo o país, as escolas públicas vivem momentos de ressignificação de suas funções sociais, políticas e pedagógicas. É cada vez maior a responsabilidade das escolas públicas com a formação integral dos estudantes de todas as classes sociais, para que eles conheçam seus direitos e deveres e saibam participar com autonomia nas decisões da comunidade.

A escola é o lugar para onde enviamos nossas crianças e adolescentes, a fim de que aprendam a cultura já produzida, aprendam a conviver com o outro e possam também criar e inventar objetos, vivenciar valores, sentimentos e sonhos. A escola é o lugar de aprendizagens compartilhadas e colaborativas entre todos os seus integrantes. Será que as instituições escolares, ao longo da história, têm cumprido esse papel?

Na conversa de hoje, vamos dialogar sobre quando, como e de que forma as instituições escolares foram criadas no Brasil, ao longo de nossa história, e discutir o significado de dois conceitos: educação e ensino. Vamos conversar também sobre a especificidade da escola na formação humana.



Nossas crianças e adolescentes cada vez mais necessitam de orientações, estímulos, vivências de cooperação e de solidariedade, de responsabilidade e de cidadania, que nos fazem humanos, solidários e autônomos. Nossos adultos, aqueles que, por várias razões, somente agora têm acesso à formação escolar, são nossos companheiros nesta tarefa coletiva, que é educar a própria sociedade e intervir nas decisões do bairro e do município, nas decisões sobre o uso do meio ambiente, da floresta e do lixo, bem como na expressão sobre diversos temas, como a construção das escolas.

Como estarmos preparados para contribuir na educação de nossas crianças e adolescentes? O que podemos fazer durante nossas atividades na escola para contribuir na formação dos estudantes? Como os funcionários podem contribuir? Como podemos ser educadores e gestores na escola?



De várias maneiras. Hoje em dia, nós todos temos responsabilidades sociais em ações, vivências, práticas pedagógicas, práticas de esportes, viagens planejadas, atividades de campo, na alimentação que servimos, no zelo pelo nosso patrimônio cultural, nas formas de comunicação, enfim, somos todos convidados a educar socialmente nós mesmos e a sociedade.

Estamos nas escolas todos os dias. Convivemos diariamente com meninos e meninas. Em sua escola, a cozinha, o pátio, a quadra de esportes, a secretaria, a biblioteca, a área livre, os banheiros, o refeitório, o auditório, a sala de reuniões, entre outros, são alguns espaços para propor e desenvolver práticas educativas e de responsabilidade social.

Antes de prosseguir, vamos explicar dois significados: ensino escolar e educação. Ensino escolar significa uma atividade ofertada numa escola credenciada pelos órgãos competentes, na qual se vivencia e se partilha saberes e conhecimentos, numa relação entre professor e alunos, de maneira intencional, organizada e sistemática, com a finalidade de possibilitar aos estudantes conhecerem e apropriarem-se da cultura produzida, além de criarem, inventarem, inovarem e participarem das decisões.

Quando falamos em educação, estamos falando de várias formas de apropriação de conhecimentos. A educação ocorre em todos os lugares: nos hospitais, no estádio de futebol, no Palácio da Justiça, nas associações de bairros, nas igrejas, no trânsito, nas viagens, nos meios de comunicação, nos conselhos de sua cidade ou estado, nas marchas, nas passeatas, nos sindicatos, nas greves, nos partidos políticos, na floresta, nos parques da cidade, no supermercado, no consultório médico, nas escolas e em vários outros lugares em que haja contato social.

A educação é uma prática social de homens e mulheres e é adotada com o objetivo de socializá-los e humanizá-los

culturalmente. Significa que homens e mulheres, enquanto vivem, produzem valores, conhecimentos, linguagens, ciências, crenças, técnicas, artes, danças, símbolos e rituais. Inventam, constroem, inovam, semeiam, sonham, desejam, fazem tudo que os constituem como pessoa, num território, numa cidade, numa fazenda, num Estado. Significa que nós somos seres históricos, produzimos nossa história, memória, cultura, valores, crenças, sonhos e utopias.



A educação acontece em vários lugares e é uma prática social. O ensino escolar caracteriza-se por práticas pedagógicas realizadas dentro da escola formal por meio da relação entre professores, funcionários e alunos, de maneira sistemática, programada e intencional, tendo como resultado a obtenção de certificados, diplomas ou títulos.

A escola é uma instituição social. Sua principal atividade é o ensino e a aprendizagem de maneira socialmente reconhecida.

Todos nós nos educamos, coletivamente, por meio de ações, atitudes, vivências, programas, projetos, propagandas, exposições, livros, filmes, marchas, passeatas, viagens, teatro, festas juninas, rituais religiosos, comícios, excursões, palestras e outras tantas maneiras de apropriar-se daquilo que homens e mulheres produzem e sonham.

As escolas fazem parte de um conjunto de instituições que compõem a sociedade. Por exemplo: as igrejas, os hospitais, os partidos políticos, o Ministério Público, o Senado Federal e outros.

Atualmente, percebemos muitas mudanças nas famílias, na economia, na política, na religião, no trabalho. As escolas

públicas ou privadas também mudam, modificam-se. Como parte das mudanças sociais, as escolas passaram a ter funções muito importantes, além de ensinar a ler, a escrever, a contar, agora, exige-se de todos os profissionais da educação uma prática voltada para o respeito às diferenças, para saber conviver com a diversidade de culturas e para a construção coletiva de práticas de uma gestão democrática. Portanto, é preciso criar, inventar, modificar rotinas, propor, construir, além de aprender a respeitar o meio ambiente, as florestas, o patrimônio público, as culturas diferentes, a diversidade étnica, os valores morais e éticos e de solidariedade.

Observe que compreender quando, como e onde acontece a educação, pode nos auxiliar a ler o mundo e agir sobre ele, nos ensinou Paulo Freire. Portanto:

Compreender como ocorrem os processos educativos na formação humana de homens e de mulheres ao longo de sua história, possibilita conhecer como nos constituímos, o que somos e como agimos em nossa cultura.

A cultura de um povo, de uma civilização, sobrevive pelas práticas de recriação e de transmissão quando os mais velhos comunicam aos mais novos as suas tradições, rituais, crenças, cerimônias, festas e maneira de falar, enfim, a cultura. A transmissão, as trocas, a socialização e a produção de alternativas para melhorar a convivência e o diálogo com o outro possibilitam que a cultura e a educação caminhem juntas. A memória torna-se viva e ativada por meio de ações, de atos, de atitudes e de práticas, que são processos educativos.

Alguns acontecimentos são esquecidos rapidamente, outros permanecem na memória das pessoas. As escolas vivem momentos de mudanças e de resignificação de suas funções sociais, pedagógicas e políticas. As transformações locais, regionais e nacionais podem expressar processos de continuidades ou rupturas com a ordem econômica e social. É a nossa capacidade de análise crítica e interpretativa que nos auxilia a compreender os processos de mudanças ou se estamos diante de processos de continuidades, e assim desvendamos os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e econômicas.



Você pode acessar uma retrospectiva do século XX no endereço eletrônico <http://www.estadao.com.br/divirtaseonline/fotos/retrospectiva/index.frm>



Por que temos no país tantos analfabetos, gente sem terra para morar, gente sem assistência médica e odontológica e gente na pobreza e na miséria?

A educação das pessoas, de homens e de mulheres, transformada em conhecimento, auxilia a desvendar as desigualdades sociais, regionais e econômicas. O conhecimento adquirido contribui para que possamos exigir nossos direitos no trabalho, na escola, no supermercado, no ônibus, no posto de saúde, além de facilitar e aperfeiçoar a nossa participação nas decisões do conselho da escola, na associação de moradores do bairro e no orçamento participativo de nossos municípios. Podemos intervir nos rumos da escola onde trabalhamos ou onde nossos filhos, afilhados e amigos estudam.



E para que estudar e compreender a educação e a história na sociedade brasileira?

Podemos dizer que a história permite enxergar nossas raízes e compreender por que as civilizações, os povos, se organizaram de determinada maneira, o que foram e como se transformaram naquilo que são. E a educação, juntamente com a cultura, ilumina em nós a inteligência humana e permite sermos criadores, inventores e construtores de objetos, símbolos, linguagens e valores.

E como vamos estudar e compreender a organização da educação e da escola no Brasil? O que os funcionários das escolas precisam saber sobre a educação? Como os funcionários não-docentes, em efetivo exercício nas escolas, podem ser educadores? Como transformar nossas rotinas em processos educativos? Estas questões são fundamentais, e vamos durante este curso ajudar você a compreendê-las.

Para você refletir mais sobre os conceitos de educação e sobre as formas de organização da educação dos povos, leia Álvaro Vieira Pinto, no livro Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Editora Cortez, 1982, e Aníbal Ponce, no livro Educação e luta de classes. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

2

**Educação construída
pelos padres da
Companhia de Jesus**

O tema do nosso encontro de hoje é: como se organizou a educação no Brasil durante a colonização portuguesa.

Quando os colonizadores ocuparam essas terras, já habitadas pelos povos nativos, vieram com eles os padres da Companhia de Jesus e os padres das outras ordens religiosas: dominicanos, beneditinos, agostinianos, franciscanos, carmelitanos e capuchinhos, com os seguintes objetivos: evangelizar os nativos, catequizar, propagar a fé cristã, difundir valores, dogmas e princípios cristãos, introduzir o princípio do trabalho como instrumento de dignificação do homem e contribuir com a Coroa Portuguesa no processo de colonização e de exploração das terras.



A idéia de que todos os homens devem trabalhar para o seu sustento e o de sua família, serviu aos interesses dos padres jesuítas, que incutiam nos homens a obrigação de trabalhar duramente e produzir a riqueza e serviu também aos colonizadores que aproveitaram para disciplinar os homens, as mulheres e as crianças, de acordo com as premissas do modo de produção capitalista.

Antes mesmo da ocupação dos colonizadores portugueses, o território brasileiro já era habitado por numerosos povos indígenas, os quais tinham formas próprias de organização social e vivências de processos educativos na tribo, por meio de tradições, códigos de linguagens, danças, festas e rituais religiosos. O espírito comunitário, a participação da mulher nos rituais religiosos e na agricultura e a ausência de castigos na educação dos filhos, intrigaram os colonizadores.

A educação formal no Brasil começa em 1549, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus. Esses padres, no litoral brasileiro, criaram dezessete colégios, seminários e internatos

e ofereceram quatro cursos: Elementar, Humanidades, Artes ou Ciências e Teologia e Filosofia, destinados à educação das elites, aos filhos de portugueses nascidos aqui, aos filhos dos fazendeiros e aos filhos dos senhores de engenho. A educação ensinada formava novos padres para continuarem os trabalhos missionários ou servia para preparar administradores locais. Eles aprendiam conteúdos humanísticos nos cursos de latim, de gramática portuguesa, de retórica e de filosofia.

Os jesuítas criaram também os aldeamentos e os recolhimentos destinados à catequese, à evangelização e à preparação de mão-de-obra, civilizando as tribos indígenas para que colaborassem na exploração da riqueza das terras. Por ordem da Coroa Portuguesa, os jesuítas celebravam os rituais religiosos nas aldeias, batizavam os nativos, ensinavam a estes a língua portuguesa, os bons costumes e o catecismo, além de forçá-los ao trabalho.

A corte portuguesa permitia que os indígenas hostis e rebeldes fossem aprisionados pelos portugueses. Os próprios soldados ficavam com boa parte deles, pondo-os ao seu serviço ou vendendo-os aos fazendeiros do Pará e do Maranhão, onde era crônica a falta de braços, ou seja, de mão-de-obra para o trabalho¹.

O projeto de colonização dos portugueses centrava-se nas capitanias hereditárias, nas sesmarias, nas grandes propriedades rurais, na utilização da mão-de-obra dos nativos e dos escravos e na exploração e apropriação dos bens naturais. Entretanto, um outro aspecto do projeto de colonização tratava de idéias, de valores morais e éticos, de comportamento adequado e de verdades a serem difundidas por meio da estrutura social e da política transplantada de Portugal para a colônia.

Os colonizadores portugueses, auxiliados pelos padres jesuítas e pelas ordens religiosas, edificaram aqui uma sociedade hierarquizada e autoritária, em que o poder de mandar centrava-se no monarca e nas autoridades católicas. Para executar um plano econômico de exploração, os portugueses impuseram os padrões da cultura européia e trataram de desprezar o modo de vida dos povos nativos. Com isso, ao mesmo tempo, introduziram hábitos de trabalho e noções de valor comercial aos objetos e produtos.

Havia muitas diferenças entre a cultura dos portugueses, dos africanos escravizados e a dos nativos. Conflitos, divergências



Aldeamentos ou Recolhimentos eram locais onde os padres jesuítas arregimentaram e confinaram várias tribos indígenas capturadas ou amassadas para a catequese, a evangelização e para o trabalho.



Você pode acessar o link http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/constrterrit/cap_hereditarias.html e obter maiores informações sobre capitanias hereditárias.



Sesmarias - sistema de concessão de terras por doação de acordo com o status social de quem recebia. Muito comum no Brasil no século XVI, as sesmarias perduraram até 1820, quando foram extintas.

¹BRETAS, Genesco F. História da instrução pública em Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG.1991.



e contestações foram inevitáveis. Tribos indígenas inteiras foram dizimadas, outras se rebelaram e resistiram, e outras se aculturaram. Os portugueses posicionaram-se como seres superiores, senhores que sabiam a forma correta de se viver e de organização social e política. Era preciso mudar os hábitos e fazer com que os nativos assumissem comportamentos de civilizados. Logo, trataram de conhecer a língua das tribos indígenas para, em seguida, impor a língua portuguesa como oficial, moldar condutas, negar as suas formas de organização, tradições, rituais e prazeres. Enfim, negar toda a sua cultura.

Os colonizadores não só desprezaram a maneira que os nativos educaram seus descendentes, como ocultaram os seus direitos e negaram as suas identidades.

A partir de 1550, os negros da África foram trazidos para o trabalho nos canaviais, na mineração e nos engenhos. As formas de resistência tanto dos índios como dos negros africanos foram duramente reprimidas.

Portanto, os processos de socialização e as práticas sociais decorrentes da colonização portuguesa, incluindo a institucionalização da escola, tinham como princípios: a transmissão dos valores, a transplantação da cultura e da visão de mundo dos europeus e a doutrinação e evangelização católica dos povos conquistados.

O ensino oferecido em colégios e seminários respondia aos interesses das elites dirigentes, enquanto as camadas populares permaneciam sem acesso, alheias e excluídas dos conhecimentos que pudessem levá-los a questionar a ordem e os privilégios.

Nesse cenário, a escola era necessária somente para alguns, uma vez que a intenção dos colonizadores era a dominação e a ocupação das terras sem despesas para a Coroa. Os colégios, os seminários e os conventos criados pelos religiosos foram as primeiras escolas destinadas apenas a alguns.



E quanto aos funcionários destes colégios, seminários e conventos?

Dentro dos colégios havia uma hierarquia das tarefas. Uns religiosos exerciam o ministério do sacerdócio, outros, irmãos missionários que fizeram os votos, dedicavam-se às tarefas nos teares, na agricultura, nas hortaliças e na pecuária. E, à medida que o patrimônio da Companhia crescia, foram agregados os indígenas e, em seguida, os africanos como trabalhadores braçais nos afazeres domésticos e na rotina dos trabalhos no campo.

Os padres da Companhia de Jesus introduziram, na colônia, uma concepção de educação voltada para a manutenção das estruturas hierárquicas e de privilégios para alguns, acompanhada da disseminação de formas de exploração e de comportamentos a serem assumidos por aqueles que realizavam tarefas e trabalhos com as mãos. Uma educação para perpetuar as desigualdades sociais e de classe e consolidar as estruturas de privilégios e enriquecimento dos dominantes.



Para saber mais sobre a história dos jesuítas no Brasil acesse o endereço eletrônico <http://www.jesuítas.com.br/Historia/brasil.htm>



Em 1842 os padres jesuítas retornaram ao Brasil

Procure no seu município, em locadoras de vídeo, os seguintes filmes: 1º) A missão e 2º) Des-mundo. São filmes que retratam as relações entre colonizadores e povos nativos. Assista e, em seguida, discuta com os outros funcionários da sua escola a seguinte questão: como ocorreram as relações entre os colonizadores e os nativos? Comente a situação atual dos indígenas em nosso país. Como acolhemos as crianças e os adolescentes indígenas na nossa escola?



3

Aulas régias:

a educação dirigida pelo
Marquês de Pombal



LAISSEZ-FAIRE
- **LAISSEZ-PASSER**
- *significa deixai fazer, deixai passar.*
Síntese da doutrina do liberalismo econômico do século XVIII, a qual pregava a não-interferência do Estado na vida econômica. Seu principal representante foi Adam Smith (1723-1790), que publicou o célebre livro “A riqueza das Nações”. Segundo ele, a economia deveria ser dirigida pelo jogo livre da oferta e da procura de mercado.

LAICIZAÇÃO - *significa tornar laico, leigo.*
Subtrair a educação da influência religiosa.

SUFRÁGIO MASCULINO
- *significa direito de voto apenas para proprietários de terras.*

Nesta unidade, vamos estudar e compreender como a educação escolar formal se desenvolveu quando houve a transplantação do modelo português para a colônia.

Geralmente, os professores de História estudam com seus alunos os fatos econômicos, políticos, religiosos e sociais. Desta vez, vamos apresentar e analisar os principais momentos da educação, da escola e do ensino. Ou seja, partindo-se da História que você já estudou, priorizaremos os aspectos sociais e educacionais. Vamos colocar mais luz nos aspectos da educação escolar.

Para isso, temos de compreender as mudanças e as transformações econômicas, políticas, filosóficas, científicas, sociais e éticas que ocorriam na Europa no século XVIII, entre 1740 e 1789. Nesse período, ocorreram várias manifestações de contestação do modo de enxergar o mundo, de expressar, de agir e de relacionar-se com a natureza e com outros povos. Os filósofos e os cientistas pregaram que a razão, acompanhada do raciocínio sistemático e rigoroso, era a forma de iluminar as ações dos homens.

Alguns filósofos desta época, também chamados de iluministas, opunham-se às explicações divinas e religiosas, às superstições e aos mitos. Criticavam o poder absoluto dos reis, a interferência do Estado na economia e os privilégios concedidos à nobreza e ao clero. E mais, propuseram um projeto de sociedade que conduziria à modernidade, baseado na individualidade, na liberdade econômica (*laissez-faire – laissez-passer*), na propriedade privada, na laicização, no sufrágio masculino, na liberdade religiosa e na igualdade perante as leis constitucionais. Todos os cidadãos, incluindo os governantes, deveriam estar submetidos às leis constitucionais elaboradas por um parlamento de representantes eleitos.

Esse movimento intelectual, científico, artístico e cultural que floresceu na Europa Ocidental, no século XVIII, é conhecido como **Ilustração**. Seus protagonistas, embora fizessem parte do mesmo movimento cultural, não defendiam as mesmas idéias, principalmente no que se refere aos direitos sociais, incluindo a educação pública. Os filósofos, os artistas e os cientistas compartilhavam a defesa pelo direito à vida, à propriedade, à tolerância religiosa e à educação universal, inspirados em bases científicas



como elemento fundamental para explicar o progresso humano.

Os impactos desse movimento intelectual, científico e cultural espalharam-se por países que assumiram características específicas. Em Portugal, por exemplo, o movimento deparou-se com uma monarquia enfraquecida e subordinada aos dogmas e às verdades da igreja católica, além da corrupção instalada, com os desvios de impostos e taxas e de uma política mercantilista num Estado incapaz de responder às novas exigências no comércio e na indústria.

Contudo, ao mesmo tempo, em Portugal tornou-se crescente o número dos adeptos do pensamento ilustrado como instrumento para guiar o caminho dos homens e das nações. O movimento visava a um país governado por leis constitucionais e não pela vontade de determinados homens. A Corte portuguesa equilibrava-se entre manter as estruturas conservadoras, as práticas da inquisição e a fé inabalável nos dogmas religiosos, ao mesmo tempo em que procurava aderir às novas mentalidades e a um novo modo de enxergar o mundo e nele agir.

Então, o monarca de Portugal D. José I, que reinou entre 1750 e 1777, nomeou como primeiro-ministro Sebastião de Carvalho e Mello, também chamado Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras, disposto a reformar Portugal. O Marquês de Pombal era um homem pragmático que, em contato com o pensamento ilustrado europeu, pretendia colocar Portugal no mesmo patamar que outras nações europeias – na modernidade.

Durante o movimento de Ilustração, os conflitos entre monarquia portuguesa, clero e nobreza acirraram as visões de mundo. As disputas e os interesses econômicos encabeçados por burgueses, as pressões dos adeptos do pensamento ilustrado e as questões mercantis entre os padres jesuítas e a Coroa tomaram tamanha dimensão que levaram Marquês de Pombal a fortalecer o poder real, reduzir os privilégios da nobreza e do clero, aumentar a cobrança de impostos, reformar a Universidade de Coimbra, expulsar a Companhia de Jesus de Portugal e de seus reinos e reafirmar a autoridade real, civil e laica, sobre a religiosa.



Caso você queira saber mais sobre esses filósofos, faça uma pesquisa no endereço eletrônico www.google.com.br

Alguns filósofos	Período
Isaac Newton	1642-1727
John Locke	1632-1704
Montesquieu	1689-1755
François Quesnay	1694-1774
David Hume	1711-1775
Voltaire	1694-1778
Denis Diderot	1713-1784
D´Alembert	1717-1783
Jean Jacques Rousseau	1712-1778
Adam Smith	1723-1790
Emanuel Kant	1724-1804
Frederic Hegel	1770-1831

O que têm a ver os atos do Marquês de Pombal com a educação na colônia?



O Erário Régio, criado no reinado de D. José I, concentrava todas as operações financeiras da Coroa.

Algumas das medidas tomadas em Portugal atingiram diretamente a colônia. E quais foram estas medidas? Foram expulsos os padres da Companhia de Jesus e confiscados todos os seus bens, em 3 de setembro de 1759; foi instituída a língua portuguesa como idioma oficial da colônia; em 5 de maio de 1768, foi criada a Real Mesa Censória, com o objetivo de censurar os livros indesejáveis; foi proibida a circulação de materiais pedagógicos dos padres jesuítas; e pelo Alvará de dez de novembro de 1772 criou-se o imposto chamado Subsídio Literário, cobrado sobre aguardente destilada nos engenhos e carnes cortadas nos açougues para custearem o pagamento dos professores.

Na mesma época foram criadas as aulas régias avulsas. Estas, de nível secundário e para meninos, ofereciam conteúdos de gramática latina, grega e hebraica, de retórica e de filosofia, a serem ministradas por professores escolhidos em concurso público e pagos pelo Erário Régio e, portanto, contratados como funcionários do Estado.

A educação escolar conduzida por Marquês de Pombal é utilitária e profissional. Assim deveria ser na colônia. A esta cabia copiar e imitar os sistemas educacionais das nações européias. Apesar do rompimento com a Companhia de Jesus, o fato é que, neste momento, o processo que se instaura é o de laicização, isto é, a separação entre as ações e os poderes que caberiam ao Estado e as ações e os poderes que caberiam à igreja católica. O que de fato estava em jogo era qual das duas instituições definiria as regras de conduta, os princípios, os valores éticos e morais a serem assimilados por todos e que, ao mesmo tempo, ajudavam a contribuir na implantação do modo de produção capitalista. Será que, ainda hoje, Estado e igrejas disputam essas prerrogativas?

A Universidade de Coimbra

A Universidade foi criada em Lisboa, em 1290 e transferida para Coimbra, em 1308. Por ter origem francesa, as influências intelectuais predominantes nos primórdios da Universidade foram de orientações jurídicas francesas e italianas, profundamente marcadas pelo direito romano. Em 1384, D. João I, o Mestre de Avis, retornou a Universidade a Lisboa, ao mesmo tempo em que lançava sobre ela o controle governamental através da nomeação real do Provedor. A partir de D. João II, os reis foram declarados Protetores da Universidade e terminou a livre escolha de reitores. Somente em 1537, a Universidade voltou à Coimbra. Teve então início um período de dois séculos de controle jesuítico, durante o qual a Universidade se isolou da influência do progresso intelectual e científico europeu. Os jesuítas obtiveram o controle do Colégio das Artes, cuja freqüência se tornou obrigatória para todos os que quisessem cursar leis e cânones. A situação só iria modificar-se novamente em 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias pela ação de Sebastião de Carvalho e Melo. À expulsão seguiu-se vasta e profunda reforma da educação portuguesa em todos os níveis. Finalmente, em 1772, veio a reforma da Universidade de Coimbra, sob a direção do reitor brasileiro Francisco de Lemos, com o apoio do Marquês de Pombal, nomeado visitador. Alguns brasileiros que estudaram nesta Universidade: Jose Bonifácio e Bispo Azeredo Coutinho. (Carvalho, José Murilo, A construção da Ordem. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 51 e 52.).



1. De 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos, até 1772, quando foram criadas as aulas régias avulsas, a colônia já era habitada por inúmeras tribos indígenas e por portugueses, holandeses, franceses, também desembarcados aqui. Pouco se fez para oferecer educação à população que trabalhava e cultivava a terra. As elites oligárquicas, aquelas que recebiam terras e títulos da Coroa, mandavam seus filhos para estudarem em Coimbra, Porto e Lisboa.

2. Entre 1501 e 1810, a mão-de-obra para as lavouras, para os engenhos e para a mineração era capturada e trazida da África para as Américas. Aproximadamente 6.265.000 africanos aqui desembarcaram para o trabalho forçado, uma prática de exploração e de comércio que rendia lucros para as metrópoles européias.²

3. A educação escolar formal: as aulas de primeiras letras ou ensino elementar continuaram existindo de maneira insuficiente e sazonal. Eram aulas ministradas por professores leigos, membros das ordens religiosas, professores pagos por impostos municipais ou contratados por fazendeiros. Além da ortografia, da gramática da língua portuguesa e da doutrina cristã, eram ministradas aulas de história pátria, aritmética aplicada ao estudo de moedas, pesos, medidas e frações, normas de civilidade, visando à formação do homem polido e civilizado, ou seja, aquele que assimilaria os padrões civilizatórios e a visão de mundo dos europeus.

4. No caso das aulas régias ou aulas avulsas, as de nível médio foram insuficientes. Mesmo com professores enviados de Portugal, pouco prosperaram. Ensinavam Gramática Latina, Matemática, Geometria, Poética, Retórica, Lógica e Filosofia, além de aulas de Comércio.

5. A partir de 6 de novembro de 1772, o Marquês de Pombal introduziu a política das 44 aulas régias avulsas, sendo dezessete de primeiras letras, quinze de gramática latina, seis de retórica, três de gramática grega e três de filosofia.

6. O Seminário de Olinda, criado em 1800, no mesmo prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, pelo ex-aluno da Universidade de Coimbra reformada, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, é um exemplo da aplicação dos princípios ilustrados no Brasil. Outro exemplo foram as Academias Literárias que congregavam letrados e intelectuais que tinham simpatia pelas idéias ilustradas.

²Cardoso, Ciro Flamarion. A afro-América: a escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

Converse com professores de história de sua escola sobre a presença das Congregações Religiosas ou dos seminários dos padres católicos em seu município. Escreva no memorial a seguinte questão: quais atividades educacionais os religiosos desenvolveram em seu município?

E/ou

converse com os outros funcionários de sua escola sobre a trajetória escolar de cada um deles. Depois, escreva a sua trajetória no memorial. Destaque:

- 1. Suas alegrias, na relação com os colegas, professores e diretores;***
- 2. Como era a escola onde você estudou? Você recorda quem eram os funcionários?***
- 3. Registre uma lembrança, um caso que marcou sua trajetória.***



4

A família real portuguesa e a educação das elites

A família real portuguesa veio morar no Brasil Colônia. Sim, é verdade. Em 1808, novamente, Portugal encontrava-se em dificuldades políticas e econômicas e o resultado foi que as tropas napoleônicas invadiram Portugal. Antes que isso ocorresse, D. João VI e toda a Corte portuguesa, apressadamente, aportaram em Salvador, em 1808, e depois seguiram para o Rio de Janeiro, permanecendo aqui até 1820.



Como foi conduzida e construída a educação escolar durante a estadia da Corte portuguesa no Brasil? O que fez D. João VI no que se refere à educação formal? Após a separação política de Portugal, que medidas foram tomadas para educação escolar no Brasil? Quais eram as instituições escolares? Quem eram os professores? Quem eram os funcionários das escolas? Quem freqüentava as escolas? Qual era o lugar social da escola pública e seu significado? Quais eram as funções sociais e políticas da escola? Que concepções de educação foram difundidas?

Vamos iniciar lembrando a você as características da sociedade brasileira naquela época. Pode-se dizer que, durante séculos, a sociedade brasileira permaneceu patriarcal, agroexportadora, fundada nas grandes propriedades rurais, na força do trabalho dos africanos e seus descendentes, na monocultura e na extração de minérios. Durante o século XIX, ocorreu o crescimento das cidades, o fluxo das exportações dos produtos primários: fumo, algodão, açúcar e café, e medidas políticas foram adotadas para favorecer o comércio com os ingleses e garantir os empréstimos externos para o Brasil.



Uma parte da sociedade brasileira, as elites dirigentes desejavam viver com os costumes e os hábitos europeus. Vivia-se, segundo Anísio Espíndola Teixeira, *entre os valores proclamados e os valores reais*. Ou seja, alguns pretendiam viver do mesmo modo que os europeus viviam. Até mesmo as suas casas eram construídas com os materiais importados: azulejos, madeiras, vitrais, banheiras, móveis e decorações. Compravam ainda, tapetes, pratarias, louças, roupas, luvas e perucas, o que não combinava com o estilo de vida e com o clima nos trópicos.

Segundo João Monlevade, autor do 1º módulo desse curso, “vivíamos o subdesenvolvimento cultural”, fruto de uma sociedade que se prescindiu da escola pública para sobreviver e se reproduzir nos sertões nordestinos, nos latifúndios de açúcar, nos engenhos, nas manufaturas, na casa-grande e nas senzalas, no pastoreio e nos roçados. A divisão social alimentou vaidades, desde a importação de produtos supérfluos da Europa, construções nas cidades, igrejas e palácios, evidenciando a hierarquia social, até o número de africanos trazidos de Angola, Congo e Guiné Bissau e de imigrantes italianos e alemães para trabalho nas lavouras.

Parte dos fazendeiros, cafeicultores, políticos e senhores de engenho enviavam os seus filhos para estudarem em Coimbra ou Lisboa, em Portugal, para depois retornarem letrados. A grande maioria da população brasileira daquela época era composta de tribos indígenas, africanos e seus descendentes, homens e mulheres brancos, pobres e livres, negros alforriados, imigrantes, boticários, comerciantes, lavradores, meeiros, colonos, barqueiros, carreiros, oleiros, maquinistas, fiandeiras, parteiras, vaqueiros, pastoreiros, pescadores, peões, camponeses, alfaiates, tecelões, artesãos, bispos capelão, juizes de vintema³, manufactureiros, abatedores, carregadores, destiladores, purgadores, caixeiros, feitores, prostitutas, benzedeadas e amas-de-leite. Era a sociedade de classes sociais que emergia e adquiria os seus contornos. Nela, os bens de produção e o capital permaneciam nas mãos de poucos, e à

³Juizes de vintema: também chamados de vintaneiros ou juizes pedâneos, eram anualmente eleitos pelas câmaras dos municípios onde existiam aldeias com população excedentes de vinte moradores, arredadas uma ou mais léguas das cidades ou vilas, e competia-lhes decidir verbalmente sem apelação nem agravo as contendas entre os habitantes da sua aldeia; podiam prender os criminosos e entregá-los aos juizes ordinários.



A Balaiada foi uma revolta de fundo social ocorrida no interior da então Província do Maranhão, no Brasil.

O mais importante quilombo do período colonial chegou a concentrar mais de 20 mil negros. Zumbi foi o maior líder da resistência. Em Palmares, além de escapar da escravidão, os negros refugiados tentavam recuperar suas raízes culturais.

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário que lutava pela união de algumas províncias, sua separação do Brasil e pela criação de uma república - a Confederação do Equador.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. Educação, Africanidades, Brasil. Brasília, 2006.

grande maioria, restava vender a sua força de trabalho, permanecendo distante dos direitos sociais.

Também é verdade, que a população oprimida e explorada organizou-se ao seu modo. Por exemplo: o Quilombo dos Palmares (1630), a Conjuração Baiana (1798), a Inconfidência Mineira (1789), a Confederação do Equador (1824), a Praieira (1844-1848), Balaiada (1838-1841), a Cabanagem (1835-1840), foram movimentos de contestação das estruturas conservadoras, de oposição à ordem política e econômica vigente de norte a sul do país.

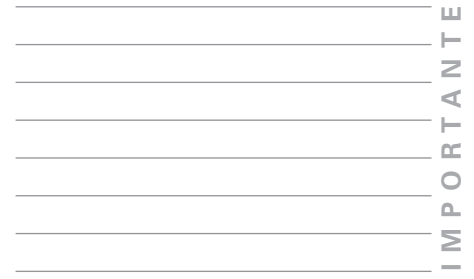
- A Inconfidência Mineira teve origem em Vila Rica, atual Ouro Preto. Tratava-se de uma conspiração contra o domínio da Coroa Portuguesa. No movimento, envolveram-se personalidades como juízes, padres, militares e poetas. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos líderes do movimento, ao ser preso e julgado assumiu a responsabilidade pela conjura. Foi executado. A crueldade do castigo, em vez de amedrontar, exacerbou o espírito pela autonomia da colônia e transformou Tiradentes no mártir da independência nacional.

- Entre as principais reivindicações do movimento chamado "Praieira" destacam-se: o voto livre e universal do povo brasileiro; a plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; o comércio a retalho só para cidadãos brasileiros; a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; a extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar; o elemento federal na nova organização(...).

- Os cabanos se rebelaram contra a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil. A denominação Cabanagem remete ao tipo de habitação da população ribeirinha mais pobre, formada principalmente por mestiços, escravos libertos e índios. A elite fazendeira do Grão-Pará, embora morasse muito melhor, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.

Nessa época, quais eram as instituições escolares e quem frequentava as escolas? Pode-se dizer que D. João VI dedicou-se à educação de elites, bacharéis e magistrados. Criou a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos superiores profissionalizantes de Medicina em São Paulo (1813) e na Bahia (1815). O curso de Direito, em São

Paulo e Olinda, em 1827, e o curso de Engenharia. E, antes de retornar a Portugal, em 1820, fundou a Academia de Belas Artes. Os cursos de Direito foram criados à imagem de Coimbra e os primeiros professores eram ex-alunos. A política era formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e funcionários do Estado, e de maneira geral, as ações foram dirigidas para criação de cursos de formação jurídica, militar, médica e eclesiástica. Daí a expressão de José Murilo Carvalho *a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos*.



Para estas academias ou escolas superiores, os professores eram trazidos da Europa ou eram os filhos das elites que retornavam ao país, após seus estudos. Os funcionários escolhidos por bom comportamento ou por mérito eram os escravos da Coroa Portuguesa ou aqueles que trabalhavam nas casas de família. Nesta época, havia uma mentalidade de desprezo por qualquer tipo de trabalho feito com as mãos. Então, aqueles que trabalhavam com as mãos eram tidos como inferiores, incapazes de aprender, restando-lhes apenas atividades rudes, pesadas e braçais no plantio, nas colheitas, nas construções, na abertura de estradas, no preparo do gado, no transporte, etc.

A educação formal conduzida por D. João VI tinha por finalidade formar os quadros dirigentes para a administração pública. As estruturas econômica e social permaneceram inalteradas. As ações de D. João VI estavam voltadas para a educação daqueles que, por serem de família nobre, deveriam estudar

para continuar os negócios do pai, o proprietário das terras. E, para isso, alguns fazendeiros contratavam um preceptor para ensinar seus filhos, em suas próprias residências. Enquanto isso, a maioria da população indígena e africana, espalhada pela zona rural, trabalhava, produzia a terra e permanecia distante da escola.



1. A política para a educação conduzida por D. João VI expressou, novamente, a disposição de transportar o modelo de educação das elites europeias para o Brasil. Embora alguns países europeus já houvessem iniciado a constituição dos seus sistemas nacionais de educação e a concebessem como direito social, por meio do qual o homem em sua existência produz conhecimentos, valores, técnicas, ciência, artes, crenças, enfim, tudo o que constitui o saber historicamente produzido, na colônia foi priorizada a educação somente para as elites.

2. Embora já existissem concepções de que a educação é parte da cultura e por meio da cultura, o homem relaciona-se com a natureza, modifica e é modificado por ela, o caminho escolhido pela monarquia foi o de prescindir-se da educação da população que trabalhava e produzia a riqueza.

3. Durante a estadia da Corte Portuguesa no Brasil Colônia, a educação escolar destinada à população oprimida e trabalhadora ficou restrita às aulas régias avulsas de primeiras letras irregulares e algumas escolas de ensino secundário no Rio de Janeiro.

5

**A educação escolar
nas províncias e
a descentralização
do ensino**



Dom Pedro I nasceu em Lisboa, no dia 12 de outubro de 1798. Veio para o Brasil com nove anos de idade, em 1808, quando houve a invasão de Portugal pelos franceses. A família real retornou à Europa em 26 de abril de 1821, ficando D. Pedro I como príncipe regente do Brasil. A corte de Lisboa despachou então um decreto exigindo que o príncipe retornasse a Portugal. Essa decisão provocou um grande desagrado popular. D. Pedro I resolveu permanecer no Brasil, no dia que ficou conhecido como o “Dia do Fico” (9/1/1822). Em 7 de setembro de 1822, recebeu uma correspondência de Portugal, comunicando que fora rebaixado da condição de regente a mero delegado das cortes de Lisboa. Revoltado, junto ao riacho do Ipiranga, resolveu romper definitivamente contra a autoridade paterna e declarou a independência do Império do Brasil, rompendo os últimos vínculos entre Brasil e Portugal. Morreu de tuberculose, no Palácio de Queluz, com apenas 36 anos de idade, em 24 de setembro de 1834.

Vamos conversar sobre a educação escolar quando D. Pedro I assumiu a condução do país. Denominamos este período de Primeiro Reinado (1821 a 1831). D. Pedro I foi um dos precursores do movimento de separação do Brasil de Portugal. Conversaremos, também, sobre os anos que seguirão o governo de Dom Pedro I até a instituição da República.

Após a separação política de Portugal, em 1822, houve pressões externas e internas, das forças econômicas e políticas das províncias, para que fossem organizadas leis nacionais. Então, vamos compreender como D. Pedro I e os políticos que o apoiaram criaram as leis, os decretos e as normas jurídicas para o país funcionar. Vamos priorizar a educação pública. Quais foram as medidas tomadas para as classes de primeiras letras? E para o ensino secundário? Quem eram os estudantes destas escolas? O que fizeram os presidentes das províncias para a educação formal?

Vamos lembrar como a sociedade brasileira estava organizada. Do ponto de vista da economia, o Brasil continuava rural, com grandes fazendas de café, engenhos de açúcar, criação de gado, pequenas manufaturas, teares, pecuária de pequenos animais e agricultura de subsistência. Do ponto de vista político, prevalecia a força das oligarquias rurais⁴ e, nas províncias, ocorriam intensas rebeliões sociais na base popular que desejava mudanças.

Alguns movimentos, como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Guerra dos Farrapos, eram expressões e manifestações contra a prepotência e a arrogância das oligarquias dominantes que, aliadas ao governo centralizador de D. Pedro I, sufocavam as províncias com impostos, leis arbitrarias e com a nomeação de governantes, mesmo com a recusa dos moradores.

As insurreições envolviam os vários setores descontentes. Uns eram contra a distribuição de terras aos imigrantes, as péssimas condições de vida da população, e contra os coronéis e os grandes fazendeiros que impunham a sua vontade acima da lei e propunham o fim da escravidão. Outros lutavam por melhores preços para seus produtos, contra o monopólio de atividades comerciais desenvolvidas pelos portugueses, contra a nomeação de governadores, contra a presença de forças militares e contra a forma autoritária de cobrança de impostos e taxas.

⁴Oligarquia rural: significa regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas. No Brasil era formada por grupo de grandes fazendeiros que controlavam as decisões econômicas e políticas, durante o império e primeira República.



De 1831 a 1840, nas províncias, os liberais e os conservadores, que eram grupos políticos que defendiam interesses distintos, reagiram contra medidas autoritárias dos regentes padre Diogo Feijó e Araújo Lima. Naquela época, as decisões de alguns coronéis tornavam-se leis. Essas leis favoreciam alguns e geravam um distanciamento ainda maior entre quem tinha propriedades rurais e quem trabalhava e produzia na terra e nas pequenas fábricas.

Para conter as revoltas e como tentativa de dar um rumo ao país, o grupo que apoiava a monarquia resolveu antecipar a posse de D. Pedro II, colocando-o para dirigir o país com seus quatorze anos. Então, D. Pedro II governou de 1840 até a República, em 1889. Denominamos este período como Segundo Reinado.

No Brasil, entre 1836 e 1837, formaram-se dois partidos políticos: o Partido Conservador e o Partido Liberal. O primeiro era formado por grandes proprietários de terras e de escravos, por altos funcionários da monarquia, muitos deles portugueses, e por comerciantes brasileiros, ingleses e portugueses favorecidos com as atividades comerciais. Eles defendiam a centralização monárquica, os direitos agrários, os interesses econômicos da lavoura e o direito de voto apenas para os possuidores de grandes quantidades de terra e para os detentores do capital. O Partido Liberal era formado por pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, militares, bacharéis, artesãos e padres favoráveis à abolição dos escravos e à autonomia das províncias e à separação do Brasil de Portugal.

Na madrugada do dia 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdica do trono a favor de seu filho (Dom Pedro II), que tem apenas cinco anos de idade. A Constituição daquela época determinava que, para ocupar o trono brasileiro, o imperador deveria ter dezoito anos ou então o país deveria ser governado por um príncipe da família imperial, de no mínimo 25 anos. Como na família real não havia ninguém que atendesse a essas exigências, a alternativa foi nomear regentes de Dom Pedro II. Em 12 de outubro de 1835, o Padre Diogo Antonio Feijó tomou posse como regente único do império do Brasil. Em 19 de setembro de 1837, o Padre Feijó renuncia a seu cargo de regente único e assume interinamente Pedro de Araújo Lima. No ano de 1840, foi antecipada a maioria de Dom Pedro II para que ele pudesse assumir o governo do Império.

A partir de 1850, a Inglaterra aumentou as pressões para o fim do tráfico de escravos da África. O preço do escravo aumentava cada vez mais, e a introdução dos trabalhadores livres, principalmente os imigrantes europeus, foi a alternativa encontrada pelos grandes fazendeiros para continuarem tendo suas propriedades rentáveis e produtivas.

Na verdade, neste momento, os comerciantes do tráfico de mão-de-obra trazida da África corriam muitos riscos de serem



Você poderá acessar a Constituição de 1824 no endereço eletrônico http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

Lembre-se de que a Constituição Federal em vigor é a de 5 de outubro de 1988.

multados pelos ingleses. Internamente, nas fazendas por todo o país, cresciam as formas de resistência dos negros africanos e multiplicavam-se os incidentes de fugas, rebeliões, motins, mortes e alforrias concedidas ou compradas pelos escravos. Afinal, como poderiam continuar justificando o comércio de africanos?

Estes e outros elementos você pode aprofundar fazendo uma outra leitura e outras interpretações dos livros de História do Brasil. Agora vamos conversar sobre os aspectos da educação escolar no período de 1822 a 1889, ou seja, da posse de Dom Pedro I até a instituição da República.

Iniciaremos com a Constituição Federal de 1824. Ela foi outorgada por D. Pedro I. O art.179, § 32, determinava que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.” Entretanto, sabemos que a realidade era outra. Cidadãos, naquela época, eram aqueles que possuíam propriedades, terras, bens e participavam do governo local, nas câmaras municipais. Estes eram agraciados com privilégios, honrarias, títulos honoríficos e brasões de distinção, constituindo um misto de poder local e central. Ser cidadão significava ser proprietário de grandes latifúndios, explorar a terra, exportar produtos e fazer parte do grupo dos homens que pela sua própria vontade impunham leis e mantinham seus privilégios sociais e políticos.

As oligarquias representavam poderes regionais e indicavam representantes dentro da província. Os cargos de representação nas vilas e nas cidades deveriam ser preenchidos pelos nobres da terra com atestado de pureza de sangue e que não exercessem profissões que englobassem ofícios manuais. Estas oligarquias tornavam-se voz ativa na defesa dos interesses econômicos, das demandas provinciais e dos políticos que se revezavam no comando.

As oligarquias rurais, unidas por relações de compadrio⁵, lealdade e fidelidade, gabavam-se de seu poder, exercido pela força e pela coerção⁶. Acertavam entre si as decisões políticas em relação às exportações, empréstimos externos, construção de ferrovias, iluminação e construção de estradas para carros de bois, captação de água nos rios, plantio e arado das terras, derrubadas da mata, roçados, criação de animais domésticos e contratação de trabalhadores braçais.

⁵Relações de compadrio: relações familiares estabelecidas entre grandes fazendeiros na defesa de seus interesses econômicos e políticos.

⁶Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça.



As escolas continuavam insuficientes, isoladas e irregulares. Faltavam espaços adequados para sala de aula e para mobílias. Ainda, faltavam professores, materiais pedagógicos e recursos financeiros. Além do pouco reconhecimento da escola como lugar

de formação de homens, os pais se recusavam a mandar suas filhas para as escolas. Os custos com alimentação, vestimentas e transporte, bem como a visão machista de que os estudos para nada serviam distanciaram ainda mais o acesso das mulheres às escolas e aos bens culturais.

Assim como as mulheres, os escravos e seus descendentes continuaram excluídos do acesso às escolas. Observe o que diz a lei do ensino, de 15 de outubro de 1827:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as classes de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e também nas cidades, vilas e lugares populosos, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas de ensino mútuo serão utilizados os edifícios, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda pública e os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Este trecho demonstra que o monarca D. Pedro I, envolto nos conflitos políticos, arranhou uma resposta para as autoridades externas e as pressões locais. Coube às províncias desprovidas de recursos humanos e financeiros arcarem com o financiamento, a organização e a oferta do ensino primário. De forma desigual organizaram classes e turmas, introduziram o método de ensino mútuo ou lancasteriano. Este método propunha que numa mesma sala de aula tivesse alunos dos vários níveis e um único professor que ensinava a todos, auxiliado por um monitor.



Método de ensino mútuo ou lancasteriano
– Este método, elaborado por Joseph Lancaster, educador inglês no final do século XVIII, era adequado aos interesses dos governos locais, pois proporcionava a economia de recursos com a contratação de professores, reduzia as despesas com a educação.

O Estado brasileiro estava, então, desobrigado da educação primária pública. Esta desobrigação abriu caminho para as congregações religiosas criarem escolas confessionais.

Os governos tentaram construir a sociedade sem garantir a escolarização de sua população. Omitiram-lhes o direito de acesso aos bens culturais e patrimoniais. Negaram à população o direito à formação humana. Em outros países, os governos assumiam a educação como tarefa de Estado, parte de sua cultura, ou seja, tornavam dever do Estado disponibilizar a educação para todos. Aqui, no Brasil, a educação foi um privilégio dos filhos dos abastados, e o restante da população teve de lutar para ter direito ao acesso à escola e aos bens culturais e patrimoniais.

Mais tarde, em 12 de outubro, o Ato Adicional de 1834, uma emenda à Constituição de 1824, levou à descentralização do ensino também no nível da educação elementar. No texto do Ato Adicional de 1834, estava prevista, em seu art. 8º, a criação das Assembléias Provinciais e, no art. 10, o texto dizia que compete às Assembléias Provinciais legislar sobre a instrução pública e estruturar estabelecimentos próprios para promovê-la. Com esta decisão, o regente padre Diogo Feijó descentralizou o ensino elementar, atribuindo às províncias toda a responsabilidade de financiamento, oferta e organização. Os ensinos secundário e superior continuavam sob a responsabilidade da União.

No Segundo Reinado, entre 1840 e 1889, espalharam-se por todas as províncias do Império os liceus, as escolas normais, as escolas paroquiais, as escolas domésticas ou particulares, os seminários, os colégios masculinos e femininos e os internatos. Em São Paulo, no ano de 1890, foi criado o primeiro grupo escolar.

Alguns liceus públicos ofereciam instrução secundária e exames preparatórios para os cursos superiores. Às vezes, no mesmo estabelecimento, funcionava o curso normal, freqüentado inicialmente por homens e que, em seguida, transformados em escolas normais, passaram a ser freqüentados também por mulheres e destinados à formação de professores. Já seminários, mosteiros, colégios, internatos e externatos eram estabelecimentos re-



Os liceus eram escolas públicas voltadas para um ofício. Algumas ofereciam aulas de mecânica, na Bahia, e de partos, em Pernambuco, por exemplo, para que meninos e meninas pobres aprendessem algum ofício.

ligiosos destinados à formação de padres, bispos e arcebispos, exemplos de vida moral, vida santa e dos bons costumes.

Com relação ao ensino secundário, criou-se em 1837, o colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, de caráter humanista clássico, que era destinado às elites proprietárias e servia como via de acesso aos cursos superiores.

Para demonstrar como a divisão de classes sociais ocorria e como setores de pobres e negros foram excluídos, veja o que dizia duas leis do Império:

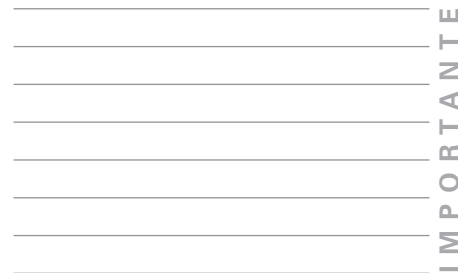
O decreto nº 1.331, de 17/02/1854, estabeleceu que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos dependia da disponibilidade de professores.

O decreto nº 7.031-A, de 06 de 08/1878, estabelecia que os negros libertos, maiores de 14 anos, só podiam estudar nos cursos noturnos e as despesas com as luzes das salas de estudos tinham que ser pagas pelo Ministério do Império.

As mulheres tiveram de vencer os obstáculos e transgredir regras e normas estabelecidas pela Igreja Católica, pelos governos e pelos políticos para terem direito de acesso à educação escolar. Os pais recusavam-se a enviá-las para as escolas e, quando permitiam, procuravam as congregações religiosas na certeza de que suas filhas seriam educadas na doutrina cristã e nos bons costumes.

As congregações religiosas no país praticaram a doutrina cristã católica e também criaram suas instituições escolares, onde ofereciam cursos e aulas para meninos e meninas. Algumas congregações religiosas instalaram-se na região do triângulo mineiro. Foram as congregações das Irmãs Dominicanas (1885), dos Irmãos Maristas (1903), dos Sagrados Corações (1929) e das Missionárias de Jesus Crucificado (1932), exemplos da presença religiosa na oferta da educação confessional.

A educação escolar refletia os conflitos entre a Igreja Católica e o Estado, sobre quando, como e de que maneira educar, e, também, sobre quem tinha direito à educação. Ou seja, na



construção da sociedade brasileira, as autoridades que governavam não sentiam necessidade da escola, e a educação acontecia em todos os lugares. A formação humana adquirida na escola era destinada a poucos. Ampla maioria ficou excluída. Autoridades políticas e religiosas, desde o início da colonização, introduziram idéias, hábitos, valores e condutas, e pela coerção, punição e controle pretendiam que todos os trabalhadores estivessem disciplinados, civilizados, acostumados ao trabalho. Portanto, não havia tempo para os estudos.



Era preciso mudar hábitos domésticos e fazê-los aceitar as novas regras sociais públicas da vida nas cidades. Era como se arrancassem homens e mulheres de suas rotinas e de seu modo de vida, regido pelo tempo da natureza, e os lançassem numa situação estranha, que exigia comportamentos e saberes desconhecidos. Homens e mulheres tinham de se relacionar com as cidades, com as normas, as regras, as leis, as instituições. Muitos se sentiam estranhos, envergonhados e inferiores. Precisavam conhecer e discernir o que era privado e o que era público. Não sabiam. Como se comportar na praça e nos espaços públicos? A quem escutar? Aos governos ou à Igreja Católica?

Enquanto políticos e autoridades do governo discutiam pela imprensa e jornais a necessidade de escolarização da população trabalhadora, esta pouco conseguia enxergar a sua necessidade e significado. Alguns diziam ser uma perda de tempo, outros diziam que as escolas deveriam formar boas mães e esposas,

outros ainda, sentiam que teriam seus lucros reduzidos, caso os filhos dos lavradores fossem para as escolas e não para o trabalho nos roçados, para o plantio de grãos e para a colheita.

Mesmo sem escolas formais, a educação acontecia nos sermões dos padres na missa dominical, por meio das regras de comportamento social, pelas palavras dos coronéis, na verdade pronunciada pela boca de um juiz ou pelo bispo. A educação acontecia também nas famílias, no trabalho diário dos trabalhadores, nas rebeliões, nas fugas, nas tentativas de organização dos trabalhadores, nos rituais e nas festas religiosas, nas manifestações populares e culturais.

Do espaço da fazenda ao grupo escolar

Estudos recentes indicam que as escolas provinciais isoladas e em espaços acanhados, eram escolas cujos professores eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos dos governos responsáveis pela instrução. Funcionavam em espaços improvisados, geralmente, na casa dos professores, os quais, algumas vezes, recebiam uma pequena ajuda para ao pagamento do aluguel. Temos indícios da existência de uma rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, que atendia a um número superior ao da rede pública estatal. Outro modelo de educação escolar que, no decorrer do séc. XIX, vai se configurando é aquele em que os pais, em conjunto, resolvem criar uma escola e, para ela, contratam coletivamente, um professor ou uma professora. Este modelo semelhante ao primeiro tem uma diferença fundamental: essa escola e seu professor não têm vínculo com o Estado. Em todas as escolas é, geralmente, proibida a freqüência de crianças negras, mesmo livres e, em algumas regiões do país, as mulheres também eram proibidas de freqüentarem as escolas. (FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Instrução elementar no século XIX. No livro: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000, p. 142.*)

Relatórios de 1834 de Chicorro da Gama - Ministro do Império sobre a educação

Insistia na insuficiência do método mútuo ou lancasteriano. Reclamava a criação do cargo de inspetor de estudos, ao menos na capital do Império, porque era impraticável o ministro presidir a exames e fiscalizar escolas, enquanto tinha que organizar a administração pública, pois tínhamos herdado um mau sistema administrativo da colônia. Como a fiscalização da instrução era feita pelas Câmaras Municipais, órgão inadequado e, portanto, ineficiente, seria necessário um inspetor e diversos delegados para fazerem com que os professores desempenhassem melhor suas obrigações e os alunos aproveitassem mais as aulas (FREIRE, Ana Maria. A. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo, Editora Cortez, 1993, p. 59).

Desde o final do Império, o jurista Rui Barbosa denunciava as precárias condições em que se encontrava a educação no país. O censo escolar de 1890 demonstrou a existência de 80% de analfabetos numa população de 14 milhões de habitantes. O processo de descentralização e autonomia dado às províncias acabou por gerar sistemas paralelos de ensino, um das províncias e outro da União.

As dificuldades administrativas e de fiscalização levaram à criação, em 1890, do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, encarregado de administrar educação e por ela zelar. Sem propostas para superar o analfabetismo, o país promulgou a República. Com ela, esperava-se alcançar a ordem e o progresso em meio a tantas desigualdades, privilégios de poucos, concentração de riquezas e milhares de trabalhadores distantes das condições básicas de sobrevivência.

De fato, no Brasil, as oligarquias rurais e urbanas combinaram os interesses nacionais e locais com os interesses dos países capitalistas desenvolvidos e desconsideraram a cultura da população. Para continuar no comando, os governantes e as elites dominantes propuseram políticas e medidas que visa-

vam à implementação de processos de desenvolvimento desigual, associando estruturas arcaicas, práticas clientelísticas e de privilégios combinadas com a inserção subordinada aos interesses dos países capitalistas.

§ 22. Em cada escola normal haverá um diretor, um secretário, um censor, um amanuense, que acumulará as funções de bibliotecário e arquivista, um preparador para os gabinetes de física, química e história natural, um porteiro, um contínuo e os serventes precisos.

§ 27. O governo fixará em regulamento, as atribuições dos funcionários das escolas normais.

Fonte: Ministério da Educação e Saúde. *Obras complementares de Rui Barbosa. Reforma do ensino primário*. Rio de Janeiro. Vol. X; tomo IV. 1883. p. 108 - 109.

1. Na sociedade brasileira, a escola pública não tinha lugar, nem significado, nem reconhecimento. Foram as transformações econômicas, políticas e sociais que geraram a sua necessidade e as suas funções. E como é uma das instituições sociais, as escolas deveriam reproduzir as relações do modo de produção capitalista.

2. As práticas educacionais e pedagógicas foram instrumentos de disseminação de valores morais, religiosos, dos comportamentos adequados e da visão de mundo.

3. As províncias criaram algumas escolas em número insuficiente e de acesso restrito. As funções eram modelar condutas e hábitos e propagar concepções de mundo.



6

**A República dos coronéis
e as pressões populares
pela educação escolar**



Revolta da Vacina: o Rio de Janeiro contava com uma população de 720 mil pessoas que, sem os serviços de saneamento básico, ficava exposta a epidemias de febre amarela e varíola. A falta de saúde pública transformou-se num dos maiores desafios do então presidente, Rodrigues Alves. Decidido a combater a febre amarela, convidou Oswaldo Cruz a assumir a Diretoria Geral da Saúde Pública. Em 31 de outubro de 1904 era aprovada pelo Congresso a lei que tornava a vacinação obrigatória. Em menos de uma semana, teve início violentos confrontos entre populares contra a obrigatoriedade e forças policiais. Em meio a esses conflitos, a vacinação ocorreu, e em pouco tempo a varíola desapareceria do Rio de Janeiro.

De agora em diante vamos refletir sobre a educação escolar no período republicano aqui no Brasil.

A República brasileira foi instalada em 1890, sob as arcaicas estruturas da monarquia imperial. Após a promulgação da República, nossa sociedade permaneceu com as características estruturais anteriores. O cenário era constituído por uma população negra, livre e sem destino, e por uma visão de manutenção da grande propriedade rural e de que as mulheres não necessitavam freqüentar as escolas e os espaços públicos, além do analfabetismo geral de adultos e de crianças e da infância abandonada.

A Abolição da Escravatura (1888), a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1889), a criação do primeiro grupo escolar, em São Paulo (1890), a Revolta de Canudos (1890) e a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro (1904), revelam que existiram sentimentos de insatisfação e movimentos de resistência e de contestação da ordem política, econômica e social. Naquela época, o número de analfabetos preocupava alguns juristas e políticos, enquanto que para outros, suas preocupações eram os negócios da família, como a produção e a exportação do café, as primeiras indústrias e as formas de organização e de manifestações dos trabalhadores.

O jurista, advogado, deputado, senador e ministro da Fazenda, Rui Barbosa, subiu por diversas vezes à tribuna do Parlamento para denunciar o número de analfabetos e defender a importância do ensino normal, dos jardins de infância, da criação do Ministério para a instrução pública, bem como a obrigatoriedade da freqüência escolar, da criação de um museu pedagógico para fins de documentação e de um fundo escolar fundamental para o desenvolvimento do ensino. Também de sua autoria foi a Lei Saraiva, de 1882, que exigia para o voto maior quantidade de renda, idade mínima de 21 anos e sexo masculino. As mulheres e os analfabetos, parcela significativa da população, não podiam votar para escolher seus representantes. Essas medidas, na prática, excluíram quase todos dos processos eleitorais.

Que sentido para a população teve a República?

Para alguns, significava a equiparação com outros países e a possibilidade de descentralização do poder na República.

Para outros, analfabetos e trabalhadores, não era possível compreender o que significava. Eles haviam sido excluídos pela própria estrutura econômica e social do acesso aos bens e direitos elementares de sobrevivência e do direito ao conhecimento e à cultura que os capacitassem para compreender. Enquanto na Europa, a República significava possibilidade de direitos sociais, aqui no Brasil, para a maioria da população que ainda vivia no campo, quase nada significou, pois permanecia sem direitos básicos.

Com a República, as leis de toda a nação valem para todos, ou deveriam valer. O que está escrito nas leis serve para todos os homens e mulheres. Mas, a situação da maioria da população estava distante dos direitos básicos para sobreviver. Nas principais cidades e capitais começavam a surgir o comércio, o transporte, a imprensa escrita, a iluminação a base da lâmparina e do querosene, a infra-estrutura de construção civil, pontes, estradas e captação de água dos rios. Tudo isso demandava muitos recursos do governo federal.

No campo social predominava uma ilha de poucos afortunados num oceano de desfavorecidos. Quais eram, então, os problemas sociais? Todos: moradias inadequadas, doenças, isolamento, analfabetismo, desinformação, credices, discriminação social, fanatismos, dogmas religiosos, coronelismo, desigualdades, pobreza e miséria, além de conflitos entre as idéias européias com visões locais e da falta de vacinas, de dinheiro para financiar a educação e de meios de comunicação.

Enquanto isso, nos meios políticos e financeiros, o presidente da República negociava empréstimos externos com os banqueiros internacionais para destiná-los às oligarquias rurais para a criação de estradas de ferro ou subsidiar os grandes fazendeiros do café. Era comum a prática política de lealdade e fidelidade entre presidente e os grandes fazendeiros, agraciados com o título de coronel, sendo comum a política de favorecimento econômico entre ambos.

O modo de vida nas cidades e no campo empurrava as mudanças de produção agro-exportadora para a urbano-industrial. Da produção agrícola passamos para a produção industrial. O processo de expansão e urbanização das cidades, com a presença dos imigrantes europeus, o crescimento demográfico, o surgimento das primeiras indústrias têxteis e alimentícias, a composição da



Durante a 1ª República ocorreram várias reformas na educação escolar em todo o País e inúmeras propostas de reforma nos estados. Eram propostas em forma de decretos, que pretendiam dar direção à educação primária, ao curso normal e ao ensino escolar. Se você deseja conhecer mais sobre elas, consulte os livros: 500 anos de educação no Brasil escrito pelos autores Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

Reformas na Educação Escolar

1910	Benjamim Constant	no País
1911	Rivadavia Correia	no País
1920	Sampaio Dória	São Paulo
1915	Carlos Maximiliano	no País
1922	Lourenço Filho	Ceará
1927	Francisco Campos	Minas Gerais
1925	Carneiro Leão	Pernambuco
1926	Anísio Teixeira	Bahia
1927	Fernando de Azevedo	Rio de Janeiro



No ano de comemoração do primeiro centenário da independência, 1922, São Paulo foi sede da Semana de Arte Moderna, que contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos. A produção de uma arte brasileira, afinada com as tendências vanguardistas da Europa, sem, contudo, perder o caráter nacional, era uma das grandes aspirações que a Semana tinha em divulgar.

associação de intelectuais preocupados com o atraso cultural da população brasileira e a formação de um pensamento de valorização da identidade nacional, pulsaram nos anos vinte e trinta do século XX.

Então, na década de 20 e 30, como a educação escolar foi tratada pelos governos?

Foi um momento de muitas reformas. A falta de escolas primárias e secundárias e um número grande de estudantes sem o direito à educação pública tornaram-se visíveis. Nesses anos, espalharam-se por todo o país as escolas normais para formar professores, os liceus, os seminários e colégios que ofereciam o ensino secundário. Os estados continuaram a organizar a sua rede de ensino composta de jardins da infância, escolas primárias e grupos escolares.

No Rio de Janeiro, um grupo de jornalistas, advogados, políticos, escritores, engenheiros, professores e intelectuais, criaram a Associação Brasileira de Educação – ABE, em 1924. Uma associação com o objetivo de lutar e defender a educação pública, que propôs a implantação de uma política nacional de educação regulada pelo Governo Federal. A associação representou uma atitude política e de compromisso de um grupo de educadores e intelectuais com ações em defesa da educação no país.

Então, durante os primeiros anos da República, nosso atraso industrial era justificado pela pouca educação escolar. Alguns diziam que a ignorância da população gerava rebeliões, motins e desordem social. Foi nesse cenário que a educação pública passou a ser compreendida como redentora de todos os males sociais. Além disso, a economia do país passou a exigir um trabalhador com algum tipo de conhecimento e de comportamento. Então, a escola pública tornou-se necessária, um lugar adequado para disciplinar as pessoas e transmitir as regras de civilidade e de conduta que contribuíssem na produção econômica.

As funções da escola pública seriam, então, determinadas por meio do modelo de homens e de mulheres que se desejaria para uma sociedade capitalista, de classes. Portanto, coube às escolas, entre outras instituições, selecionar, hierarquizar e classificar aqueles que tinham aptidão para as atividades de comando. Outros, considerados incapazes de aprender, deve-

riam ser encaminhados para tarefas manuais e inferiores.

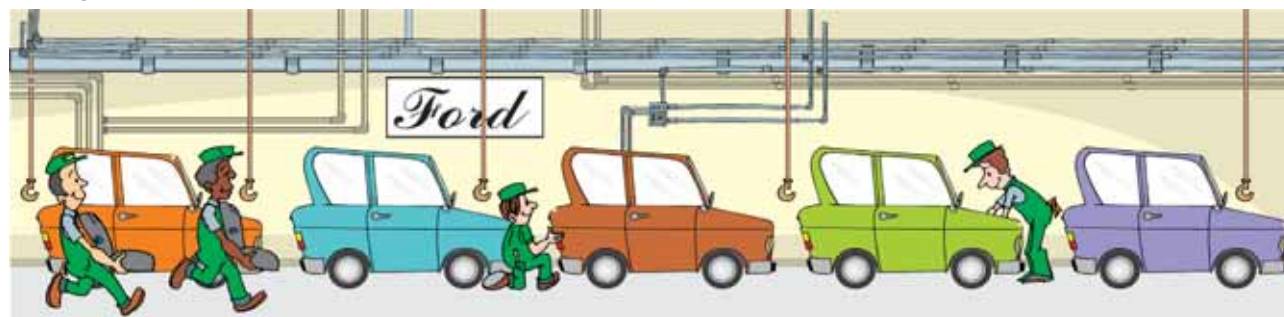
Para assegurar essa visão ideológica, que reafirmava a inferioridade, muito contribuíram os estudos da biologia e da psicologia, aproveitados por autoridades políticas que usavam do prestígio científico para tomar medidas discriminatórias na educação escolar pública no Brasil.

A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Campos, o Brasil passou a centralizar os dispositivos legais, organizacionais e institucionais. Toda legislação educacional tornou-se nacional.

Com a revolução de 1930, Getúlio Vargas tornou-se presidente do Brasil em meio às pressões externas dos banqueiros e internas decorrentes dos conflitos políticos em torno da exportação do café e do charque gaúcho. A política econômica de Getúlio Vargas apontava mudanças sociais, trabalhistas e partidárias.

Eram os ventos da modernização e todos tinham que apressar o passo. Eram outros tempos: da modernidade! O relógio tornou-se o símbolo da velocidade, do ritmo, da produtividade e passou a indicar como a população deveria proceder. Tempos de urbanização e industrialização, de empréstimos externos, de contratos trabalhistas marcados em horas, dias e meses, do salário mensal ou quinzenal.

Então, as alterações advindas da indústria, do comércio e da utilização de produtos importados, da lavoura de café produzido, transportado e exportado, das diferentes formas de contratação de trabalhadores revelaram uma nova realidade.



Nesse cenário, era preciso saber ler e escrever, tirar os documentos, registrar os filhos, assinar o nome e andar nas cidades. Aqueles que viam a escola bem distante tiveram que correr, do contrário, restariam os trabalhos rudes, braçais e manuais. Para os afortunados economicamente, caberia administrar, comandar e controlar a fortuna, o patrimônio familiar.



Com a grande depressão, em 1929, os preços do café despencam. A saca, que custava duzentos mil réis em agosto de 29, passa a 21 mil réis em janeiro do ano seguinte. A crise atinge toda a economia brasileira. Mais de 500 fábricas fecham as portas em São Paulo e Rio de Janeiro. O país tem quase dois milhões de desempregados no final de 1929. A miséria e a fome atingem a maioria da população. Nas eleições de 1930, o candidato da oposição, Getúlio Vargas, é derrotado nas urnas. Alguns meses mais tarde, Vargas lidera um golpe que o conduz à presidência da República.

1914 - Brahma



Afirmava-se, portanto, a divisão entre classes sociais, legitimando a separação entre os que elaboram e os que executam as práticas sociais.

Assim, a escola pública funcionava como o instrumento de manutenção de privilégios de poucos - as elites proprietárias de terras - e das desigualdades de classe, de gênero e de sexo. É verdade que a formação escolar e moral que os filhos das elites recebiam nessas escolas os colocavam em melhores condições que a maioria.

1934 - Gessy Lever



Não podemos esquecer que as campanhas de regeneração social e de combate à miscigenação racial foram conduzidas e encaradas com naturalidade pelas autoridades em todos os níveis de governo e em todo o país.

As funções da escola eram corrigir os desvios e anomalias, incorporar nos estudantes novos padrões de consumo, de conduta, novos estilos de vida moderna. Note que, sem o domínio da escrita e da leitura, passamos a uma sociedade disponível aos apelos de propaganda para o consumo de produtos vindos do exterior.

1916 - Nestlé



1. A República herdou grande número de analfabetos, poucas escolas primárias e secundárias, poucos recursos financeiros e pressões populares.

2. Os governos tinham um discurso de modernização da sociedade por meio da educação que nos tirasse do atraso cultural e industrial e impulsionasse o país para a vida urbana industrial.

3. A educação pública, insuficiente em todo o país, serviu de instrumento de formação das elites dirigentes e de preparação para o trabalho, conduzindo a um sistema dual de ensino: a escola que formava para o trabalho, pragmática, utilitária e com aprendizagem dos rudimentos para inserção nas fábricas, indústrias e comércio, e a escola clássica, propedêutica⁷, destinada a formar os dirigentes e os burocratas para o trabalho da condução e administração do próprio Estado.

⁷ Trata-se de ensino que preparava os estudantes para o acesso ao ensino superior.

7

**Manifestos de educação:
ao povo e ao governo**



Enquanto as universidades existem na Europa desde o século XII, a história oficial registra o surgimento da primeira universidade brasileira em 1920: a Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ.

No encontro de hoje vamos conversar sobre dois manifestos e o que eles representaram para os profissionais da educação. O primeiro, chamado de *Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*, escrito em 1932, e o segundo, *Mais uma vez a nação é convocada*, escrito em 1958.

Começemos pelo Manifesto de 1932. Já sabemos que durante toda a década de 20, associações, juristas, intelectuais, poetas e políticos expressaram a necessidade de uma educação nacional e criticaram o seu abandono no país.

Nesse sentido, o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, documento redigido por Fernando de Azevedo, em 1932, representou a tomada de posição dos intelectuais liberais num movimento em que propuseram a reconstrução educacional no Brasil, estabelecendo princípios norteadores: universalização da educação, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação, descentralização, formação universitária para professores, educação pragmática e utilitária e espírito científico nas investigações.

Os pioneiros defendiam a educação pública como função do Estado, e a ele caberia dar sistematização e organização nacional. Esse movimento de reconstrução educacional criticou a ausência de uma cultura universitária, a desarticulação e a fragmentação, a descontinuidade das medidas educacionais, as tentativas de reformas parciais e arbitrárias, o isolamento em que vivia a escola em relação a outras instituições, os métodos tradicionais, a falta de espírito crítico investigativo e o atraso em que vivia o país.

Trecho do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo e a iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.”



Os pioneiros afirmaram que o caminho para a modernização passava pela reconstrução da educação pública, gratuita, laica e obrigatória, pelo desenvolvimento científico e investigativo e pela criação de um sistema nacional de educação integrado e articulado. Defenderam a educação pública como questão nacional e de responsabilidade do Estado.

A reflexão que quero propor a você é a seguinte: o conteúdo do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* representava uma ruptura com a maneira de pensar e de conduzir a educação.

Havia na sociedade brasileira duas visões: um grupo representava o pensamento conservador católico e defendia que a igreja católica deveria continuar a ofertar e estabelecer normas e regras para a educação. Esse grupo era contra a educação para homens e mulheres juntos; o outro grupo congregava intelectuais liberais que defendiam a educação pública, laica, gratuita e obrigatória, comum para ambos os sexos e propunha um fundo público para financiamento, o que na época representou um avanço em relação à visão conservadora.

Para além dos manifestos, os conflitos políticos e de idéias explodiram na elaboração da Constituição de 1934, que delegou a responsabilidade de organização e manutenção dos sistemas educativos aos Estados e ao Distrito Federal (art.151), sendo que à União ficou a tarefa de traçar as diretrizes da educação nacional (art. 5º, XIV) e de fixar o plano nacional de educação (art. 150). E ainda, para atender o grupo dos católicos conservadores, estabeleceu a frequência facultativa no ensino religioso e a isenção de impostos para escolas privadas, primárias e profissionais (art.153).

No campo da formação econômica e social, as autoridades desconsideraram a educação de seu povo, a ponto de ser visível o número de analfabetos e o desenvolvimento subordinado do país à economia internacional. A herança da escravidão, os latifúndios, a concentração de renda e de riquezas e uma parcela da população sem os elementos básicos de sobrevivência e de educação eram questões inadiáveis.

As oligarquias rurais e urbanas conservadoras optaram pela dependência e subordinação do país aos credores externos. Além disso, gozaram e usufruíram de privilégios e de benefícios concedidos pelos governos Federal e Estadual, em todas as épocas.

Portanto, a educação escolar pública só tardiamente se apresentou como uma necessidade imperiosa. De um lado, a serviço do desenvolvimento econômico e, de outro, como um direito universal para a formação humana. Lentamente, foi se consolidando uma nova mentalidade: a necessidade de uma educação nacional.

Passemos então à reflexão sobre um trecho do segundo manifesto, escrito por intelectuais e educadores, em 1958.



Você pode acessar a constituição de 1934, denominada “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”, no endereço eletrônico http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm

O segundo Manifesto, *Mais uma vez Convocados*, dirigido ao povo e ao governo, é um documento assinado por 164 intelectuais que tomaram posição de luta em defesa da escola pública para todos e trouxeram à tona os conflitos entre os liberais e católicos, ou seja, entre aqueles que defendiam a escola pública e aqueles que defendiam a escola privada.

Nesse segundo Manifesto, escrito em 1958, os educadores reafirmam a educação pública, gratuita, liberal, sem distinção de classes, raças e de crenças, apoiada nos valores democráticos de liberdade, de solidariedade, de cooperação, de justiça, de cidadania, de igualdade, de respeito, de tolerância e de convivência com a diversidade étnico-cultural. Uma educação voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico.

Trecho do Manifesto: Mais uma vez convocados!

"A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional, cívica, a amizade e a união entre os povos."

Você se lembra que a República nos países da Europa Ocidental abriu a possibilidade de por em prática os valores republicanos? Um deles é o direito à educação pública obrigatória, gratuita, laica, para ambos os sexos e financiada pelo Estado.

Já sabemos que a sociedade brasileira prescindiu da educação escolar. Embora em outros países já existisse compromisso político dos governos com a educação, aqui no Brasil, a nação foi construída sem a instituição efetiva das bases educacionais. Homens e mulheres, em sua maioria, sem conhecer a escrita, a leitura e os números e sem a escolarização básica, só puderam conhecer o trabalho nos campos, nas lavouras, nas indústrias e no comércio.

REFLEXÃO



O modelo econômico desenvolvido resultou na divisão de classes sociais pela forma como a riqueza foi apropriada e concentrada e pela grande massa de trabalhadores sem a escolarização básica disponível para as indústrias, fábricas, construção civil, serralherias, galpões de funilaria, ferrovias, siderúrgicas, estaleiros e mineradoras.

O desenvolvimento industrial exigia trabalhadores com alguma escolaridade. Portanto, era necessário que a escola pública preparasse os homens para o trabalho, por meio de cursos profissionalizantes. Você já ouviu falar das **escolas agrícolas, industriais e comerciais** do seu estado? As escolas técnicas e agrotécnicas vinculadas ao governo Federal ou Estadual formaram trabalhadores para as hidroelétricas, indústrias nacionais e multinacionais.

Por outro lado, em vários estados da federação já estavam funcionando as escolas normais e os institutos de educação voltados para a formação de professores



primários. Pode-se dizer que os funcionários dessas escolas eram indicados por políticos, prefeitos ou autoridades locais.

A educação pública no Brasil foi pensada em função da necessidade de mão-de-obra qualificada para as indústrias. As escolas foram criadas porque o desenvolvimento das atividades nas indústrias, no comércio, nas exportações, nos portos e aeroportos, hotéis e supermercados tornaram necessária a contratação de pessoas com escolaridade básica para desempenharem bem suas funções e assegurar o funcionamento do sistema capitalista.

As escolas públicas foram pensadas e criadas para reproduzir a divisão social de classe. Porém, elas podem também ser espaços de transformação em que homens e mulheres possam construir outras maneiras de viver e de se organizar.



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE faz uma pesquisa mensal sobre o emprego no Brasil. Você pode acessar os dados no endereço eletrônico www.ibge.gov.br

Por causa dessa mentalidade, de que a escola forma para o trabalho, é corrente a idéia de que, ao terminar os anos de estudos, todos terão trabalho. Engano. Não tem trabalho para todos, alguns postos de trabalho foram eliminados e é por isso que os cursos de capacitação e profissionalização são bem vindos e podem nos ajudar com conhecimentos teórico-práticos que possibilitem a ressignificação de nossas ações cotidianas.

Essa ressignificação profissional dos funcionários da educação tornou-se necessária porque, na escola pública, as mudanças estão em processo. Temos computadores, internet, celulares, impressoras, televisão, vídeo, câmeras internas, DVD, filmadora, aparelho de som, antenas parabólicas, máquina de reprografia, microondas, laboratórios, consultório dentário e portão automático, o que demanda mão-de-obra qualificada para atuar nos ambientes escolares.

O trabalho pedagógico e as atividades educativas estão sendo (re)pensadas. As crianças e os adolescentes fazem outras perguntas, contam outros segredos, trazem os seus problemas, suas queixas e sonhos. As escolas públicas convivem com diversidades culturais e étnicas. O espaço onde se localizam as escolas também se modifica. Portanto, diretor, professores, funcionários, estudantes, pais e comunidade têm que participar e assumir as outras realidades e tomar decisões. É sobre isso que esse curso pode ajudar você a refletir.

- 1. A defesa da educação pública, gratuita, laica, obrigatória e democrática é uma luta de nós todos, todos os dias.**
- 2. No Brasil, criou-se um sistema dual de educação: uma educação propedêutica, para os filhos das famílias abastadas, proprietária de terras e das riquezas, e outra, profissionalizante, dirigida para os filhos dos trabalhadores.**
- 3. A educação pública caminhou na medida em que as indústrias e o comércio precisaram de trabalhadores qualificados para desempenharem tarefas mais complexas.**
- 4. Agora vamos refletir sobre a educação no Estado e no município onde você mora. Todas as crianças estão nas escolas infantis? O prefeito de seu município cuida da educação das crianças? Tem Conselho Municipal de Educação? Você participa das reuniões e das decisões na escola de seu filho? Como os funcionários podem contribuir na construção do projeto político pedagógico da escola?**



1. Quais indústrias, fábricas, laticínios, frigoríficos, hotéis, supermercados estão instalados em sua cidade? Organize uma discussão na sua escola, um debate. Convide o diretor e funcionário de alguma escola técnica profissionalizante para vir dialogar com todos sobre educação e trabalho. Anote no seu memorial.

2. Faça uma entrevista com um funcionário de outra escola sobre Educação e Trabalho. Antes, junto com seu tutor, elabore algumas questões. Reflita e anote no Memorial.



8

**O golpe militar e a
educação pública**



Assista aos filmes: Visões, do Diretor Christopher Hampton e Barra 68, do Diretor Vladimir Carvalho. Estes filmes tratam do tema dessa unidade: o período dos militares no poder. O primeiro aborda a perseguição dos militares argentinos àqueles que contestavam o governo, e o segundo, analisa os anos difíceis da ditadura militar no Brasil, a perseguição aos professores e estudantes na Universidade de Brasília.



Nesta unidade trataremos dos reflexos na educação e na vida dos trabalhadores durante o governo dos militares. Foram anos difíceis. Era restrita a liberdade de expressão das pessoas. Havia muita censura na televisão, nos jornais, nas letras das músicas e nas escolas e universidades. A cidadania e direitos sociais e políticos foram negados, e a educação tratada como um instrumento de controle moral.

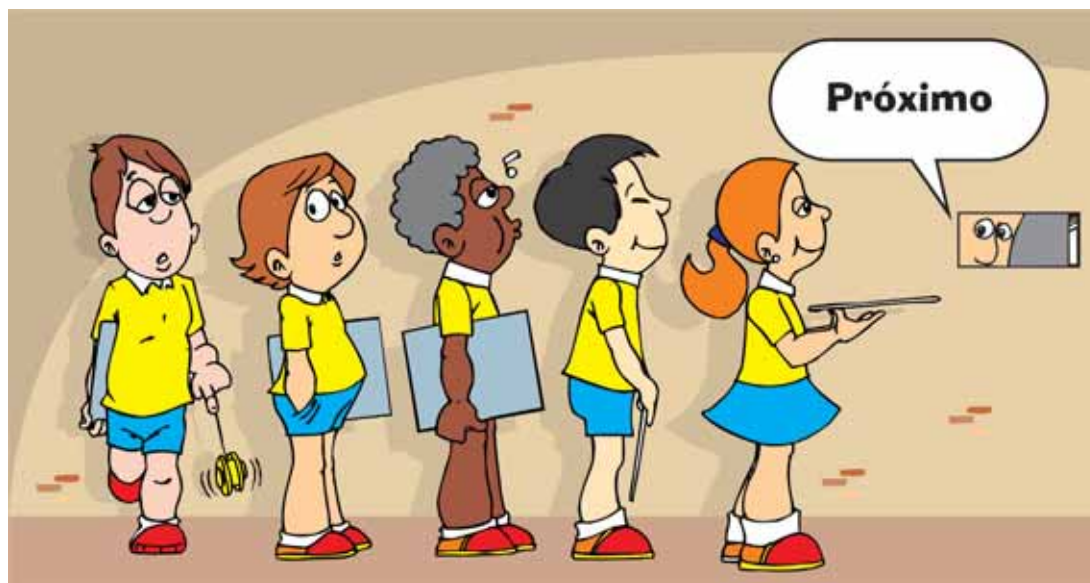
Pouco a pouco, as reivindicações por escolas públicas foram se efetivando, sobretudo, após a década de 60, marcada pelas pressões do contingente populacional que migrou do campo para as cidades. Com isso, os governos estaduais e municipais, pressionados, tiveram que responder às reivindicações de moradia, escola, postos de saúde e transporte urbano. Na educação escolar foi preciso, então, ações concretas para dar respostas às demandas populares.

Por todos os Estados e Municípios foram criadas as escolas públicas e a população trabalhadora começou a frequentá-las. Conquistaram o acesso ao ensino primário. Você se lembra dos grupos escolares ou dos ginásios ou dos colégios de sua cidade? Lembra, também, que tinha a casa das irmãs ou um hospital onde elas moravam, trabalhavam e, em alguns casos, recolhiam crianças pobres, órfãs e ofereciam escola primária? Em alguns casos, as irmãs mantinham uma creche?

Geralmente, nos Municípios, havia uma escola freqüentada pelos filhos dos ricos e outra destinada aos filhos dos pobres. Não é mesmo? As escolas eram assim: os meninos uniformizados entravam por um portão e as meninas uniformizadas, por outro, e ficavam em pátios separados. Quando tocava o sinal, eram obrigadas a fazer a fila, começando pelos fisicamente menores. Depois, junto com a inspetora de alunos, rezavam e, na sexta-feira, cantavam o hino nacional. Só depois subiam as escadas, sem correr, e ficavam esperando a professora. Quando a professora entrava, todos ficavam de pé.

Na sala de aula, todos sentados em cadeira de dois, obedeciam às ordens e faziam as lições de língua portuguesa, matemática, estudos sociais, ciências, desenho e educação física, conduzidos por uma única professora. Quase ninguém questionava. As meninas tinham também aulas de prendas domésticas. Repetição, declamação, memorização, punição e premiação foram práticas vigentes nas escolas públicas.

Durante o recreio as crianças não podiam correr, gritar ou pular. Transpiravam demais e depois não concentravam. Ficavam agitadas, dizia a diretora. Nenhum aluno conhecia o rosto da merendeira. Ela ficava fechada e servia a sopa numa janelinha por onde só dava para ver a sua mão agarrada numa concha e um caldeirão com a sopa.



Ainda bem que as coisas mudam! A merendeira tem que ser conhecida por todos os alunos. Ser simpática, desinibida, acolhedora, sempre alegre para alimentar o corpo e a alma das crianças. A merendeira é aquela que serve bem, dialoga e conhece todos. Criar, explicar, orientar, divertir, ir ao encontro das crianças e dos jovens, circular entre os alunos, educar, essas são algumas tarefas de quem atua na preparação da merenda escolar. A merendeira tem sempre uma história para contar às crianças. Um carinho a oferecer a todos que convivem com ela.

Além disso, a formação em serviço da merendeira pode auxiliá-la a discutir e analisar o cardápio escolar com o secretário de educação municipal, ou seu representante local e a nutricionista. Saber propor ou substituir alimentos industrializados por naturais, balancear os alimentos e bebidas de nossas crianças e adolescentes, considerando as diferentes regiões do país. Ou seja, a merendeira, na nossa compreensão, é uma educadora alimentar com domínio de conhecimentos teóricos, sociais e das práticas culturais e regionais.

Vamos continuar para compreender a organização da escola no país.

A estrutura educacional constituída nos Estados e Municípios

continha suas ambigüidades: uma escola para as elites, pro-pedêutica e diurna, e outra, a escola para os trabalhadores, diurna e noturna. Em alguns casos, profissionalizantes.

Os Municípios, os Estados e a União criaram escolas públicas. Essas escolas, dos anos 40 a 60, eram administradas de forma vertical, e centralizadas na figura do diretor, que comandava as

ações. Ao diretor e aos supervisores, todos deviam obediência e o acatamento de suas ordens. Nessas escolas, transmitiam lições e formavam estudantes para a resignação, submissão, obediência e aceitação de verdades prontas e imutáveis.



O escritor Rubem Alves disse certa vez: "Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar."

Algumas de nossas escolas desencorajaram os vôos dos alunos, dos professores e dos funcionários. Em vez de dar-lhes asas para voar, criam dificuldades para entrar e nela permanecer. Os alunos desistem, alguns professores e funcionários acomodam-se.



Lembre-se de que você pode acessar os números da educação básica brasileira no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no endereço eletrônico <http://www.inep.gov.br/estatisticas/>

Veja o caso dos trabalhadores que vieram do campo para as cidades e procuraram escolas públicas para os seus filhos. É verdade que nos anos 60 houve uma expansão física, ou seja, aumentou o número de escolas. O governador ou o prefeito construiu escolas, contratou professores e funcionários, mas ainda foi pouco. Então, veio outro problema: as escolas não estavam preparadas para receber meninos e meninas pobres, filhos dos trabalhadores. Além disso, o que era ensinando não fazia sentido para os estudantes. Muitos entraram nas escolas e muitos foram expulsos das escolas. Os estudantes não aprendiam da forma que alguns professores ensinavam. Me-

ninos e meninas pobres e trabalhadores não cabiam dentro das escolas públicas.

Nessa sociedade de classes muitos sofriam preconceitos, passavam fome e frio, foram – e são – discriminados por serem da roça, negros, pobres ou portadores de necessidades especiais. As estatísticas escolares mostram que muitos estudantes não permaneciam nas escolas, fracassaram, foram considerados incapazes de aprender, lembra? Qualidade na escola era entendida como a transmissão dos conhecimentos dos livros didáticos pelo professor. Os estudantes deveriam ter condições de repetí-los nas provas escritas a cada bimestre.

Uma outra questão importante: nas décadas de 60 e 70, cresceu o número de escolas públicas estaduais e municipais, bem como a quantidade de matrículas, de turnos e de salas de aulas. Entretanto, o número de professores continuou insuficiente. Mesmo com as instituições formadoras, escolas normais, institutos de educação e com os cursos de pedagogia, eram muitos os professores sem a habilitação formal, os chamados professores leigos, no exercício do magistério. Em alguns locais, a alternativa foi a dupla jornada de trabalho docente e, aliada a ela, a crescente desvalorização profissional.

Boa parte dos estudantes que entraram na escola não permaneceram. Eles retornavam para o trabalho infantil ou para a rua, sem a menor perspectiva de romper com a pobreza em que viviam. Seus pais haviam migrado do campo ou das regiões do nordeste para as cidades em busca de vida melhor. A divisão social de classe evidenciou ainda mais a concentração da riqueza e de capital para poucos, a procura de trabalho nas indústrias e de escola para os filhos. As cidades passaram a ser divididas em bairros nobres e bairros da população trabalhadora. As companhias de habitação ergueram bairros inteiros de casas populares ou de apartamentos apertadíssimos, sem elevadores, onde se amontoaram os trabalhadores que pagariam prestações anos a fio.

Em 1964, os militares passaram a governar o país e impuseram a ditadura, a repressão, a censura, com as conseqüentes torturas, mortes e sumiço das pessoas que ousavam desafiar o governo. Havia os olheiros. Todo mundo era vigiado. O que acontecia no país também acontecia dentro das escolas. Muitos intelectuais, professores, músicos, atores e políticos foram exilados no exterior: Chico Buarque, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Mário Covas, André Franco Mon-



Golpe Militar de 1964 - A crise que gera o regime militar começa com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Agrava-se durante a administração João Goulart (1961-1964), com a radicalização populista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de várias organizações de esquerda e com a reação da direita conservadora. Goulart tenta mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Isso leva o empresariado, parte da Igreja Católica, a oficialidade militar e os partidos de oposição a denunciar a preparação de um golpe comunista, com a participação do presidente. No dia 1º de abril, o Congresso Nacional declara a vacância da Presidência. Os comandantes militares assumem o poder.



Você pode acessar o conteúdo da Lei 5692/71 no endereço eletrônico http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm

toro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Leonel Brizola e Maurício Tragtenberg, entre outros, que só retornaram quando houve a anistia.

Durante a ditadura militar, uma das formas explícitas de controle moral estava na introdução de disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros, e na punição aos estudantes indesejáveis ao regime militar, por meio do decreto 477/69, além da demissão de professores contrários ao regime.

Nas escolas e nas universidades foram introduzidas as disciplinas: Educação Moral e Cívica - EMC, no 1º grau; Organização Social e Política Brasileira - OSPB, no 2º grau; e Estudos de Problemas Brasileiros - EPB, no ensino superior. Essas disciplinas serviram para introduzir sutilmente, dentro das escolas e das universidades, conteúdos disciplinadores e de controle moral das ações e manifestações dos cidadãos.

Os direitos sociais e políticos dos cidadãos foram abolidos. O autoritarismo se expressou em governadores indicados que também nomeavam os diretores de escola. As escolas foram obrigadas a implantar no ensino médio os cursos profissionalizantes, cuja finalidade era a formação de técnicos para as indústrias nacionais e internacionais.

A lei 5.692/71 regulamentou a profissionalização compulsória em todo o país, sem que as escolas tivessem laboratórios, oficinas e infra-estrutura adequada para desenvolver este tipo de curso. Foi um fracasso. A experiência demonstrou que se não partirmos da realidade de cada escola, da região e da cultura



da comunidade local, os projetos não alcançam sucesso.

No ensino superior, os benefícios concedidos aos proprietários de faculdades fizeram surgir vários cursos de fins de semana, chamados de licenciaturas curtas. Em pouco tempo, os professores foram contratados para assumirem salas de aula reproduzindo conteúdos prontos e acabados.

Como os trabalhadores se organizaram para garantir os direitos sociais?



Cavalho, José Murilo. Os Bestializados. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987. Leia capítulo II: República e cidadanias. Pág. 42-65.

As conquistas dos trabalhadores em educação expressam suas diferentes formas de organização social, política e profissional.

Desde o final do Império, os trabalhadores do setor privado, urbano e rural lutaram e reivindicaram direitos sociais. No setor público, os servidores não podiam se sindicalizar até 1988. Entretanto, sob muita vigilância, os trabalhadores lentamente foram se organizando em torno de associações e depois sindicatos. Fizeram greves e pressionaram patrões e governos.

Desde a República (1889), os funcionários do Estado, dos arsenais do Exército, da Marinha, dos ferroviários, da Central do Brasil, da Casa da Moeda, os carroceiros, os portuários e estivadores reivindicaram jornada de trabalho, descanso semanal, férias, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para viúva e estabilidade depois de sete anos de trabalho. Criaram os seus jornais, realizaram congressos, passeatas, comícios e greves.

A partir de 1930, o presidente Getúlio Vargas aproximou-se dos trabalhadores para disciplinar e regulamentar as leis para o trabalho. Aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Ela prescrevia como direitos trabalhistas: descanso semanal; registro em carteira profissional; oito horas de trabalho; salário mínimo e formas de aposentadoria. Entretanto, foi na década de 1980 que as formas de organização dos trabalhadores se diversificaram em associações, sindicatos, partidos políticos, confederações, entidades científico-acadêmicas e organizações não governamentais - ONG's.

Os profissionais da educação, inicialmente, não podiam se sin-



Você pode acessar a CLT no endereço eletrônico <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.HTML>

dicalizar. A situação começou a se modificar por volta de 1946 quando passaram a se organizar em confederações e associações dos professores. Na década de oitenta, os profissionais da educação reafirmaram suas propostas de universalização da educação básica, acesso, permanência e sucesso, financiamento público, valorização profissional de professores e de funcionários e o projeto político pedagógico como instrumento que possibilita a gestão democrática.

Em 31 de julho de 1981, os funcionários das escolas públicas distritais e particulares, contratados sob regime celetista, criaram o Sindicato dos Auxiliares da Educação - SAE, em Brasília, e a Sindicato dos Funcionários Servidores da Educação - AFUSE, em 1985. No restante do país, professores e funcionários da educação foram se organizando e formaram um sindicato nacional de trabalhadores em educação.

Na década de 80, as formas de organização dos servidores públicos ganharam mais força e visibilidade. A Confederação dos Professores do Brasil - CPP, foi transformada em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, em 1990, para representar os trabalhadores da educação básica e a Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES - criada em Campinas, em 1982, para representar professores da educação superior. Além disso, foi criada a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, entidade que representa os trabalhadores técnico-administrativos do ensino superior.

Ao longo destes anos, os profissionais da educação, por meio das associações, dos sindicatos e das confederações formaram uma categoria que luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, das questões salariais, saúde, previdência social, alimentação, escolarização e a profissionalização, numa reação aos mecanismos de exploração capitalista.

1. Expulsas do campo, famílias inteiras migraram para as cidades em busca de melhores condições para viver. Do nordeste, também fugindo da seca e em busca de trabalho, famílias inteiras migraram para as capitais e se instalaram nos bairros periféricos, em casas ou apartamentos populares ou em favelas. Os governadores e prefeitos pressionados e diante do agravamento das condições sociais da população, decorrente da exploração capitalista, propuseram políticas sociais: habitacionais, de saúde, de previdência social, cultura e educação.

2. Houve um crescimento do número de estudantes matriculados nas escolas públicas. Muitos não permaneceram nas escolas e continuaram com as mesmas condições de pobreza familiar em que viviam. A qualidade da educação era compreendida pela quantidade de conteúdos que os estudantes repetiam nas provas escritas. A reprovação era compreendida como incapacidade de aprender do discente.

3. A ditadura militar introduziu por meio da educação formas de controle moral nas escolas e nas universidades. Foi um período de cassação de direitos políticos e dos direitos sociais. Pelo Ato Institucional nº 5, foram suspensos os direitos políticos e aplicadas medidas duras: repressão, tortura, censura, perseguição, punições e mortes.

REFLEXÃO



73

Organize uma visita ao sindicato dos trabalhadores da educação de sua cidade. Agende com o presidente uma palestra sobre a criação, lutas, conquistas e desafios dos trabalhadores da educação em seu Estado e no município,

e/ou

converse com um dos professores de História e um funcionário mais antigo de sua escola. Convide-os para fazer uma discussão sobre o governo dos militares e a educação. Prepare algumas perguntas. Registre tudo!

PRATIQUE



9

Redemocratização:
cidadãos e consumidores



Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves derrotou o candidato do Partido Democrático Social (PDS), Paulo Maluf, nas eleições do colégio eleitoral para presidência. Na véspera de sua posse, em 14 de março de 1985, Tancredo foi submetido a uma cirurgia de urgência, em Brasília, para extirpação de um tumor benigno no abdome. Seu quadro clínico complicou-se, devido a uma infecção hospitalar, segundo se noticiou. Transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, sofreu sucessivas operações, numa longa agonia que emocionou o país. Morreu em 21 de abril de 1985.



1985! Estamos na Nova República. Depois de vinte anos de ditadura militar, censura e cassação dos direitos políticos, o colégio eleitoral elegeu o presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, que não pode tomar posse. Assumiu o vice, José Sarney.

De 1985 a 1990, o país teve anos difíceis, de alta inflação, perdas salariais, greves dos trabalhadores, desemprego, tabelamento e vários planos econômicos: Cruzado (março/1986), Cruzado II (novembro/1986), Bresser (abril/1987), Verão (janeiro/1989) e Collor (março/1990), que modificaram nossas vidas todos os dias.

As imagens das manifestações públicas dos trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Brasília ainda estão em nossa memória. E, é com essa lembrança, de ter participado das passeatas, greves, atos públicos e marchas que iniciamos essa unidade. Vamos dialogar sobre as lutas dos trabalhadores e as manifestações populares da sociedade civil, em defesa da vida e dos nossos direitos.

Vamos começar perguntando sobre o município e o bairro onde você mora. Tem água tratada? O esgoto é tratado? Linha de ônibus? Posto policial? Ambulatório de saúde? Gente morando em casa de lona? Crianças no trabalho infantil? Escolas e creches para todas as crianças? Locais de lazer e praça de esportes? Tem biblioteca no bairro? Tem parque ou bosque? Tem gente desempregada?

Você já compreendeu que a sociedade brasileira é capitalista e patriarcal. Isto quer dizer que desde o início da colonização, os portugueses se apropriaram e exploraram as terras e as riquezas do país. Quando nós passamos do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, notamos que de um lado, temos os donos das indústrias, dos bancos, do comércio, dos hotéis, dos supermercados, e de outro, os trabalhadores: homens, mulheres e crianças.

Vamos falar de outra maneira: a sociedade brasileira é uma sociedade capitalista e de classes sociais. Quem controla os meios de produção controla quem vai trabalhar no seu negócio. Por isso, falamos em contrato de trabalho e relações trabalhistas entre empregador e empregados.



O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo de acordo com o índice de GINI, que mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, em valores de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta). O índice do Brasil é de 0,60, sendo superado só por Serra Leoa (0,62). A Áustria é uma das nações que tem a melhor distribuição de renda do mundo (0,23).

Segundo o Radar Social, um estudo divulgado em junho de 2005 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas – IPEA, 1% dos brasileiros mais ricos (1,7 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente a da parcela formada pelos 50% mais pobres (86,5 milhões de pessoas).

Patriarcal porque, durante muito tempo, os homens mandaram. Houve um momento na história em que os coronéis davam as ordens na política local, na fazenda e dentro de casa, na mulher e nos filhos. Todos obedeciam ao coronel. Ele era o macho, forte, duro, que não chorava. Este modelo patriarcal, também se reproduziu na sociedade, no trabalho, na política e nas escolas. Uns decidiam, outros, a maioria, obedecia.

É também uma sociedade patrimonial porque as práticas de alguns políticos têm sido tornar aquilo que é público, aquilo que pertence a todos, em bens particulares ou de um grupo de privilegiados. Ou seja, é a prática de utilizar os bens públicos para uso privado, familiar, ou seu próprio.

No Brasil, nos últimos anos, os donos do capital, banqueiros, empresários das indústrias nacionais e internacionais, gerentes das montadoras de automóveis, acionistas dos supermercados, aumentaram os seus lucros e riquezas, e conseqüentemente, os trabalhadores tiveram os seus ganhos reduzidos. Em algumas regiões do país, as pessoas não encontram trabalho. Alguns encontraram como alternativa o trabalho informal e outros aceitaram condições precárias para trabalhar. Por isso, dizemos que a riqueza do país está concentrada nas mãos dos ricos e dos poderosos e que a maioria da população é explorada, sem acesso aos direitos sociais.

À medida que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, as duas classes sociais tornaram-se visíveis e seus interesses antagônicos e diferentes. Mesmo assim, não podemos nos esquecer que o direito à moradia, à saúde, à velhice digna, à aposentadoria, ao transporte, à segurança, à água, ao trabalho, à informação, ao lazer, à cultura e à educação pública são direitos sociais. Todo ser humano tem direito a esses direitos! Eles foram uma conquista da luta dos nossos antepassados para que nós, hoje, vivêssemos melhor. Vamos reafirmar.

A educação é um direito social. Nós todos devemos lutar e defendê-la como um bem universal. A educação nos torna humanos, nos faz seres sociais, políticos, históricos e culturais. Dizia Paulo Freire: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo."



A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 10 de dezembro de 1948. Você poderá acessar a declaração no site da ONU, no endereço eletrônico <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>

Os governos pretendiam, com os direitos sociais, conter os conflitos sociais e atenuar a distância entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres. Para isso, propuseram políticas governamentais focalizadas e compensatórias e não políticas públicas como direito. Por um lado, buscaram, com os meios de comunicação, divulgar uma imagem de que se preocupavam com a população desprotegida, por meio de programas específicos e, por outro, introduziram na legislação trabalhista mecanismos de restrição à expansão destes direitos.

Historicamente, os direitos sociais têm sido pensados e praticados como se fossem favores feitos pelos governantes aos que se mostram agradecidos, obedientes e, portanto, merecedores da atenção dos governos. Os governantes procuraram a despolitização das questões sociais e reduziram-nas a problemas técnicos, dos burocratas, com algumas políticas compensatórias que aliviaram temporariamente a pobreza.

Os governos, para controlar ou para mediar os conflitos, as ocupações de terras e as manifestações sociais, afirmaram a preocupação com os pobres. Só que, na prática, pouca coisa vem mudando. Quem não tinha, continua não tendo, continua excluído. E porque isso acontece? Observe que, em nossa sociedade, a riqueza e a terra continuam concentradas, e a maioria da população trabalha para sobreviver.

Para completar o quadro de desigualdades sociais, sabemos que a educação pública foi negada aos trabalhadores durante muito tempo. As pessoas, principalmente as mulheres, não tiveram acesso à educação escolar formal, não tiveram acesso ao conhecimento e às informações. Só mais tarde conseguiram romper algumas barreiras e aprenderam a lutar de forma organizada para defenderem os seus direitos.

Os direitos sociais referem-se ao reconhecimento expresso da população de um país sobre o significado social da educação, da cultura, do meio ambiente, do direito à habitação, à informação, à aposentadoria, à saúde, ao lazer e ao transporte. São direitos ligados ao mundo do trabalho e das relações sociais. Dizem respeito a todos. São instituídos pelos embates entre as forças políticas, econômicas e financeiras que dirigem o país, de um lado, e as lutas dos trabalhadores e dos movimentos populares, de outro, em disputas constantes.

A partir da Nova República (1985), os profissionais da educação se organizaram em sindicatos, entidades científicas, associações, congressos, fóruns e movimentos populares. Realizaram muitas greves, congressos de educação, elaboraram projetos de lei e o **Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira**. Participaram de audiências, organizaram seminários, debates, cursos e propostas de políticas em defesa dos direitos sociais, em especial à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

Se compreendermos que a educação pública é um direito humano e social e que cabe aos governos o financiamento adequado, nossa responsabilidade como cidadãos, educadores e gestores é contribuir para que as escolas públicas sejam instituições formadoras dos valores éticos, espaços de apropriação, socialização, transmissão e de transformação da cultura, espaço da diversidade étnica, do desenvolvimento da capacidade de inventar, criar, inovar, propor, alterar, modificar, conhecer cientificamente, de estabelecer relações, sonhar e elevar as pessoas para outro patamar de compreensão do mundo.

A cidadania também é uma conquista. Ser cidadão, educador e gestor é comprometer-se, é não acreditar que as desigualdades são naturais, que não ter assistência médica, emprego e educação pública é algo natural. Não. Não é assim. As situações foram postas desta forma. A vida em sociedade é uma construção humana feita por homens e mulheres, em constante movimento. Portanto, as desigualdades são resultados das ações humanas.



Você pode acessar o Plano Nacional de Educação aprovado em 2000 no endereço eletrônico <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>



Cada uma das duas classes sociais têm interesses muito diferentes e para sobreviver buscam sua própria fórmula, sua maneira. Os dominantes, que se apropriaram da riqueza, têm como objetivos implementar os meios para aumentar seus lucros e viver das rendas financeiras. Para todos os trabalhadores, além do trabalho diário, sua outra tarefa é lutar e defender os direitos sociais, sempre. Um dos instrumentos de luta dos que trabalham é a educação pública, visto que a formação e as informações auxiliam os cidadãos a fazerem suas escolhas.



Vivemos numa sociedade marcada pelas desigualdades regionais, sociais e educacionais. Como ser cidadão num mundo em que a tudo se atribui valor comercial?

Tudo tem preço, um valor? Quando houve o processo de urbanização das cidades, tínhamos algumas necessidades básicas e geraram em nós outras novas. Morar nas cidades significou outro estilo de vida, outros desejos e outras vontades e vaidades. Na cidade, viver significa saber se relacionar com as

pessoas, compreender o outro, compreender o meio social e suas possibilidades. Somos todos estimulados a consumir os produtos disponíveis e sempre há novidades.

Algumas vezes, consumimos porque foi gerado em nós aquele desejo, aquela sensação de prazer estimulada por aquela propaganda na TV, no jornal, nos *outdoors*. Temos que aprender a fazer nossas escolhas e a tomar decisões.



Conhecimento e informação nos auxiliam nas escolhas, nas decisões e na atribuição de valores subjetivos e materiais. Os valores que atribuímos aos objetos e mercadorias são praticados em função de nossa educação, no mundo, na escola e na família.

Em uma entrevista que assisti com Milton Santos, dizia ele que a diferença entre cidadão e consumidor é que consumidor se apropria de bens finitos, que se acabam no consumo, enquanto o cidadão se apropria de bens que, quanto mais ele consome, mais ele pode consumir, ou seja, são para sempre. Isto significa que os objetos e mercadorias são necessários para viver, mas os bens culturais nos tornam sujeitos humanos, pertencentes a uma cultura. Portanto, a formação escolar intencional, organizada e democrática representa um alicerce para orientar nossas ações, escolhas e valores. E, como parte de nossa cultura, antes de formar trabalhadores, as escolas devem formar cidadãos, homens e mulheres, sujeitos humanos, históricos, culturais e sociais. E o que significa ser sujeito?

Significa compreender como a sociedade brasileira foi construída. Significa saber encontrar os meios para interferir no rumo das coisas. Significa ter atitudes participativas, colaborativas, solidárias e de compromisso coletivo. Combater as situações de injustiça e indignar-se. Vivenciar, por em prática os direitos sociais. Ter a iniciativa de propor, de realizar mudanças ou de construir coletivamente alternativas que melhorem a vida da comunidade, da cidade, do bairro, da família e da escola.

1. Saúde, habitação, cultura, transporte, aposentadoria, segurança, previdência social, lazer, água e a terra são direitos sociais, resultado da luta dos trabalhadores em defesa da vida humana e coletiva.

2. Ser cidadão, educador e gestor é não acreditar que as desigualdades sociais, regionais e o desemprego são naturais. Elas são resultados da divisão de classes sociais: dominantes e dominados.

3. A educação pública é um direito social universal de homens e mulheres, em todas as idades; uma conquista dos trabalhadores e instrumento de desmistificação das injustiças.

4. Um dos instrumentos de luta dos trabalhadores é a educação pública, visto que o conhecimento, a formação, cultura e informação auxiliam os cidadãos a fazerem as suas escolhas, participarem nas decisões e a definirem os valores subjetivos e materiais.



Milton Almeida dos Santos, dois filhos, nascido em 03 de maio de 1926, em Brotas de Macaúbas, no Estado da Bahia, Brasil. Bacharel em Direito, pela Universidade Federal da Bahia, 1948; e Doutor em Geografia, Université de Strasbourg, França, 1958. É Doutor Honoris Causa em catorze universidades no exterior.



PRATIQUE



1. Faça ou proponha uma reunião na sua escola para discutir como andam os direitos sociais no seu bairro e no seu município. Comece pelos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes e dos idosos. Quais direitos não são cumpridos? E por quê?

2. Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente e separe alguns artigos. Converse com outros funcionários e, em seguida, escreva no memorial: reflexões, dúvidas, questionamentos.

3. Faça uma visita ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e convide o promotor da Vara da Infância para ir à sua escola e dialogar com toda a comunidade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Escolha uma das atividades.

10

**Identidade profissional
e projeto político
pedagógico**



Democracia é um sistema de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com o povo.

Para usar uma frase famosa, democracia é o “governo do povo para o povo”. Democracia se opõe às formas de ditadura e totalitarismo, onde o poder reside em uma elite auto-eleita.



Você pode acessar o Estatuto da criança e do Adolescente no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

O Código dos Direitos do Consumidor você pode acessar em <http://www.mj.gov.br/DPDC/servicos/legislacao/cdc.htm>

O Código de Trânsito em <http://www.senado.gov.br/web/codigos/transito/httoc.htm>

O Estatuto do idoso no endereço https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm

Vamos percorrer a sua escola e refletir sobre identidade profissional e o fazer profissional educacional. Quais são os espaços educativos e como eles são aproveitados? Que tipo de formação profissional a merendeira, a secretária, o vigia, o inspetor de estudantes, o caseiro e as auxiliares devem adquirir para que possam reafirmar sua identidade profissional? O que demonstra na categoria profissional sua identidade? Em que medida o projeto político pedagógico pode contribuir para transformar o fazer profissional dos funcionários numa educação para a emancipação?

Então vamos começar! A partir de 1985, muitas lutas se efetivaram com vista ao retorno à democracia. Esse processo foi fruto da conquista lenta e histórica construída por meio da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais e populares. Em todo o país, ocorreram manifestações em defesa da democracia e o sentimento de muitos expressava o desejo de vivenciar a cidadania.

As escolas públicas, em todas as regiões, passaram a receber muitos estudantes no período diurno e noturno, com atitudes ativas. Também, é verdade que as empresas nacionais ou internacionais, cada vez mais passaram a exigir trabalhadores com escolaridade básica que soubessem realizar tarefas mais complexas. Jovens e adultos procuraram a escola pública, em busca de um diploma. Adultos retornam às escolas ou procuram cursos de capacitação e profissionalização.

As lutas sociais abriram as possibilidades de democratização da sociedade e da escola pública. A atuação dos movimentos populares e sindicais, das entidades acadêmicas e das associações científicas, pressionaram os governos a adotarem políticas de inclusão social. Os movimentos populares protestavam e propunham caminhos de resistência e de contestação ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. Houve por toda parte movimentos populares que reivindicaram a democracia, o emprego e os direitos humanos e sociais.

Os constituintes de 1988 captaram as aspirações nacionais em defesa dos direitos humanos e sociais, de tal maneira que o movimento pela democratização envolveu todo o país. São exemplos desse movimento o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, Código de Trânsito e o Estatuto do Idoso, que entre outros, expressam as conquistas dos trabalhadores.

Como parte desta sociedade dinâmica, complexa e em movimento, a escola pública passou a ser questionada no seu

fazer pedagógico e na sua forma de organização. Questões como qualidade, reprovação e avaliação cresceram junto com as pressões pelo direito à educação pública, obrigatória, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

A educação pública, como direito do cidadão e dever do Estado, foi incorporada no pensamento da população brasileira. E mais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, artigos 7º e 14º, instituíram os parâmetros da gestão democrática. Soma-se ainda, o movimento organizado das entidades para a construção coletiva do **Plano Nacional Educação: Proposta da Sociedade Brasileira**, construído nos congressos de educação e que apresentou outra alternativa de gestão da escola.

Então, na própria dinâmica social e nos espaços públicos surgiram os seguintes questionamentos: por que a organização vertical da escola, a centralização das decisões? Como podem ser as formas de participação dos sujeitos da comunidade escolar? Será que a escola tem autonomia? Qual a função dos conselhos escolares? Por que não conhecemos o caminho do dinheiro destinado à escola pública? Qual o papel do diretor e de que maneira podemos construir o Projeto Político Pedagógico da escola?



A escola pública estava diante de questões que precisavam de outras respostas e de outras atitudes coletivas. Em algumas regiões do país houve vários cursos de capacitação dos professores. Era comum o argumento de que bastava capacitá-los. Não resolveu. As formas de exclusão estão dentro e fora da escola. Os funcionários das escolas começaram a se organizar e a fazer propostas para se organizarem como categoria.

Era comum nos discursos das autoridades políticas a repetição da necessidade de todos os brasileiros terem acesso aos direitos sociais básicos e, para isso, enfatizavam os termos participação, democracia, qualidade e inclusão social. A prática política era outra. E as entidades, sindicatos e associações que acompanhavam os processos demonstraram sua insatisfação e organizaram suas propostas políticas.

Na educação, a gestão democrática passou a ser um princípio. E o Projeto Político Pedagógico um dos instrumentos concretos de participação coletiva.

O que é o Projeto Político Pedagógico?

E para que serve?

É um instrumento para o fortalecimento das ações e da participação política dos integrantes dentro da escola. O Projeto Político-Pedagógico é um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre todos da comunidade escolar. Elaborado coletivamente, aglutina fundamentos políticos, filosóficos e éticos que a comunidade acredita e deseja praticar. Define os valores humanitários, princípios e regras de convivência social, define os indicadores de uma boa e consistente formação integral do ser humano e qualifica as ações e funções sociais que são responsabilidades da escola. É um instrumento que organiza e sistematiza o trabalho escolar compreendendo o pensar e o fazer da escola integrados por meio de ações que unem a reflexão, as atitudes e as ações.



Neste sentido, a gestão democrática da escola se expressa na capacidade da comunidade escolar em construir e vivenciar práticas de acolhimento e de integração de todos os participantes nas tomadas de decisões, na definição de princípios e valores humanitários a serem praticados pela escola, no estabelecimento de indicadores de uma boa formação integral, no diálogo com posições diferentes, no compromisso ético e moral voltado para a emancipação dos seres humanos.

A gestão democrática adquire concretude na disposição da comunidade escolar de definir o seu projeto político pedagógico, na disposição de assumir posições e atitudes coletivas e integradoras, na escolha responsável de afirmação da natureza pública da educação como um bem de todos, num contínuo exercício de democracia e justiça social.

Ao trazermos para nossa conversa o Projeto Político-Pedagógico da escola, temos que também falar sobre os conselhos escolares e sua importância. Vamos começar com um pouco da história para que possamos compreender. No governo de Getúlio Vargas criou-se, pelo decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, o Conselho Nacional de Educação, extinto em 1960. Depois, em 1964, criou-se, pela lei n.º 4.024/60, o Conselho Federal de Educação, com 24 conselheiros, todos de livre escolha do governo. Este conselho funcionou até outubro de 1994. Depois, em 1995, pela Lei n.º 9.131, foi instituído o atual Conselho Nacional de Educação, dividido nas Câmaras de Educação Básica e Superior, com 50% de conselheiros de livre indicação do governo e os outros 50% escolhidos dentre listas indicadas por entidades e sindicatos nacionais, nomeadas pelo Governo Federal. Alguns Estados e os Municípios procuravam pôr em funcionamento, antes de 1988, experiências de conselho escolar. Portanto, você pode observar que existem, dentro da escola, espaços educativos, onde todos podem e devem participar, educar mutuamente, propor e modificar a sua realidade.

Fruto das discussões entre as forças políticas e econômicas, a Lei n.º 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu art. 14, introduziu a gestão democrática a ser construída no interior das escolas. Veja que, pela legislação, podemos organizar a escola e tomar decisões de outra maneira. É isso que vamos explicar agora. Na sociedade temos muitas instituições e a escola também é uma delas. Encaminhamos nossos filhos para esta instituição desde muito cedo para que lá, junto com outras crianças, eles possam crescer, criar, inventar, aprender, sonhar e vivenciar. Nós que trabalhamos na escola e nós que somos pais e mães, já percebemos que temos que participar da escola de outra maneira. Mas como? No Conselho Escolar.

É uma instância composta de diretor, professores, coordenadores, estudantes, pais e comunidade que, juntos, planejam, elaboram e tomam as melhores decisões. É um espaço em que todos podem participar, apresentar propostas e discutí-las, construir coletivamente o projeto político pedagógico e decidir que escola e que valores queremos.

Vamos continuar! E nosso diálogo será uma reflexão sobre a identidade e atuação profissional das merendeiras, auxiliares de limpeza, secretários, porteiros, vigias e o caseiro da escola.

O que significa ter identidade profissional?

Toda e qualquer identidade individual ou coletiva é construída pelo sujeito humano-histórico ao traduzir sua visão de mundo. A construção de identidades se vale da matéria-prima fornecida pela História, Sociologia, Política, instituições produtivas, instituições sociais, memória coletiva, aparatos de poder, doutrina religiosa, processos educativos e da cultura que, processados pelos cidadãos, por grupos sociais ou por categorias profissionais, reorganizam seu significado em função de valores subjetivos e materiais, das relações de poder, do modo de produção e do projeto de sociedade.

Entende-se por identidade o conjunto de símbolos, significados, experiências, rituais, códigos de linguagens e ações práticas que congregam aqueles que com eles se identificam e por meio deles revelam uma distinção entre o eu e o outro, nós e eles.



A identidade, sempre em contínuo processo de construção e reconstrução, adquire maior força e expressão quando os cidadãos se encontram em posição desvalorizada dentro da sociedade dividida em classes sociais. Para redefinir a sua posição no mundo do trabalho e na hierarquia social, desencadeiam processos de transformação nas estruturas e nas práticas sociais profissionais. A identidade emerge das práticas histórico-culturais dos grupos ou das categorias profissionais em torno de um objeto social que os unificam num todo ou que os fazem distintos e específicos numa sociedade.

Desta maneira, os funcionários das escolas estão em processo de reconstrução de sua identidade profissional. O que significa dizer que sua prática profissional contém os elementos que

os distinguem entre os trabalhadores e, neste momento, buscam redefinir a sua posição e seu reconhecimento no mundo do trabalho, no campo da educação.

Vamos apresentar quatro elementos que contribuem para dar visibilidade à identidade profissional:

1. Objeto social que os unificam e que os distinguem de outros.
2. Símbolos, significados e código de linguagens comuns.
3. Posição social e reconhecimentos da sociedade.
4. As experiências e as práticas profissionais de organização no mundo do trabalho.

Vamos compreender cada um destes elementos:

Objeto social - são grupos sociais ou categoria profissional, unidos em torno dos direitos sociais ou em defesa do ethos de uma profissão reconhecida.

Símbolos, significados e códigos de linguagens - quando os grupos sociais ou categorias profissionais, na reconstrução e reafirmação da identidade profissional, elegem seus símbolos, significados e códigos de linguagens por meio dos quais são reconhecidos, identificados e aceitos na sociedade.

Posição social e reconhecimento da sociedade - quando a população reconhece o grupo social ou a categoria como parte integrante da sociedade e delas se beneficia e com ela interage na defesa do ethos profissional.

Experiências e práticas profissionais de organização no mundo do trabalho - quando o acúmulo de experiências do grupo social ou de uma categoria é reconhecido pela sociedade em suas formas de organização e reivindicação como profissionais na defesa dos interesses do grupo ou da categoria profissional socialmente aceitos e reconhecidos.



Ethos profissional se refere a um conjunto de costumes e hábitos, no âmbito do comportamento, das instituições, dos afazeres e da cultura, característicos de uma determinada coletividade ou atividade profissional.

Agora, podemos refletir um pouco sobre o fazer profissional dos funcionários das escolas públicas. Primeiro, o seu fazer cotidiano na escola está em processo de transformação. Vimos que da escola, espera-se outras funções e exige-se uma outra postura daqueles que trabalham com nossas crianças, adolescentes e adultos. Daquela fase em que qualquer um podia trabalhar na escola ou por indicação política ou por nomeação clientelística, estamos na transição, em direção a uma outra fase, do ingresso por concursos públicos e da profissionalização destes trabalhadores, tornando-os educadores e gestores.

Segundo, o movimento histórico e a organização em categoria profissional em torno de um fazer específico que os identificam e os distinguem entre outros trabalhadores, traz à tona a discussão sobre a sua posição no mundo do trabalho, no campo da educação. Na realidade, por meio da organização em suas entidades, os funcionários conquistaram na legislação⁹ suporte que os qualificam como educadores e gestores.

Esse Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação é de fato uma mudança na legislação educacional. Visa e espera-se a inserção política e social da categoria dos funcionários da educação, e a redefinição de suas identidades profissionais.

Terceiro, de trabalhadores em *ocupação* requisitada na sociedade caminha-se para a formação, *organização e construção da identidade profissional*, expressa de maneira coletiva e permanente de um grupo social ou de uma categoria de trabalhadores. A identidade profissional é a alma que alimenta e dá vida a uma categoria específica de trabalhadores, seja pelos códigos de linguagens, seja pelos símbolos, pelos significados e pelas práticas profissionais que traduzem o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma categoria.

Para finalizar esta reflexão, vamos lembrar a você algo importante. A educação pública é uma conquista dos trabalhadores. Não basta estar na escola. É preciso educar para a transforma-

⁹Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Parecer CNE/CEB nº.16/2005 aprovado em 03/08/2005.

ção, para a emancipação. Trabalhadores pertencentes a uma classe social dentro da sociedade capitalista possuem direitos humanitários e sociais. As lutas por direitos não são apenas de quem trabalha na educação, professores ou funcionários, mas de todos os trabalhadores organizados em seus sindicatos, associações, confederações ou nos movimentos populares que lutam em defesa de melhores condições salariais, de vida e de trabalho, em qualquer atividade que exercem.

“Os trabalhadores não esperam as mudanças, mas é por meio de suas lutas e organização que as mudanças se realizam”.

Converse com a direção de sua escola sobre a construção do Projeto Político-Pedagógico e juntos, organize a melhor maneira para que todos participem e assumam as decisões. Escreva no memorial como a sua escola encaminhou o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico no ano anterior. Proponha uma participação coletiva e democrática.

PRATIQUE



11

**Políticas para a
educação pública:
direito e gestão**



Experimente fazer uma pesquisa sobre o Consenso de Washington em um sistema de busca da internet. Por exemplo: www.google.com.br

Nesta unidade, trataremos das políticas para a educação brasileira adotadas pelo governo federal, desde 1989, bem como suas escolhas, sua relação com o Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional – FMI e com os empresários nacionais e internacionais.

Em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, realizou-se um evento com os governos e ministros de vários países capitalistas desenvolvidos para decidirem o que fazer com aqueles cuja economia crescia num ritmo muito lento. Os governos e ministros que participaram do evento, discutiram um conjunto de medidas que foram propostas e assinadas com o compromisso de aplicá-las em seus países. O evento ficou conhecido como Consenso de Washington. O Brasil esteve presente com os seus representantes e assinou o documento com as medidas a serem implementadas.

Então, quais são as medidas que estavam no documento que o Brasil assinou? Algumas delas: privatizar empresas estatais, abrir portos para exportação e importação de produtos e mercadorias, permitir a entrada de bancos e várias empresas multinacionais, permitir a liberdade comercial e econômica, conter os investimentos no campo social, permitir que os juros ficassem altos para atrair os investidores externos, reduzir a presença do Estado na oferta dos direitos sociais, favorecer a liberdade para a circulação de capitais externos para entrar e sair do país sem atropelos e prejuízos e realizar as reformas: tributária, da previdência, do judiciário, do Estado e da educação.

Ao estar de acordo com essas propostas, o governo brasileiro começou a tomar medidas internas para ajustar a vida econômica e social do país àquilo que tinha sido proposto e assinado.

Ainda nas décadas de oitenta e noventa, o mundo todo viveu processos de mudanças. Por exemplo, surgiu o micro computador, a Internet, o avanço das pesquisas no campo da genética, a *laser*, a microeletrônica, o telefone celular, o microondas. Na política, os países se reagruparam de outra maneira. Foram criados os blocos políticos e econômicos: Mercosul, União Européia, Tigres Asiáticos, NAFTA e o Bloco Andino.

Na economia, adquiriram força e poder instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Organização Mundial do Comércio - OMC. Estas instituições financeiras são guardiãs dos interesses dos credores e têm muito poder



O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement) ou NAFTA, é um tratado juntando Canadá, México e Estados Unidos da América numa atmosfera de livre comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA entrou em efeito em 1º de janeiro de 1994.

político para pressionar os governos dos países que necessitam de empréstimos externos para ajustar sua economia. Na verdade, os países devedores que assinaram o documento do Consenso de Washington fizeram uma opção por modelo econômico neoliberal a ser seguido e implementado.

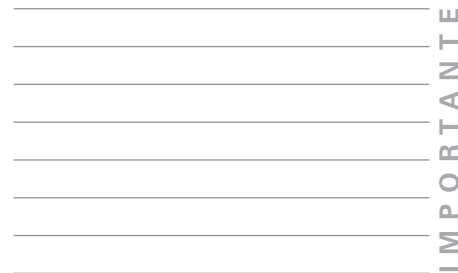
Vamos então refletir quais são as medidas deste modelo econômico neoliberal a ser implementado pelos governos dos países devedores. Algumas delas: adotar medidas para a privatização das empresas estatais; reduzir a quantidade de dinheiro para os investimentos sociais: saúde, educação, cultura, previdência; permitir a entrada de empresas multinacionais e bancos privados; adotar políticas para diminuir o número de funcionários públicos; privatizar as rodovias; fazer uma poupança interna chamada superávit primário para continuar pagando os credores externos; manter os juros altos e os salários baixos; favorecer os empresários nacionais com isenção de impostos e induzir a população a pensar que não há diferença entre o que é público e o que é privado.

Depois da gestão do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), os governos federal, estaduais e municipais fizeram e estão fazendo muitas modificações na educação. As políticas para a educação infantil, a educação profissional e tecnológica, o ensino médio e o ensino superior estão sendo redefinidas. As modificações são induzidas por políticas externas e por pressões internas dos empresários que desejam explorar a educação como negócio comercial.

Para aprofundar nossa reflexão, vamos observar os impactos na educação pública. Em todo o país, os governos estaduais vêm tomando as seguintes medidas: descentralização do ensino, implantação de sistema de avaliação institucional, adoção dos parâmetros curriculares nacionais, redução do financiamento público, convocação da comunidade escolar para participar e contribuir com a escola, estimulação da educação a distância, investimentos em livros didáticos e equipamentos tecnológicos. Medidas que (re)configuram a educação ajustando-a para subordinar-se às leis de mercado.

Na educação básica, uma das modificações significativas foi a criação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.¹⁰ Com isso, entre outras questões, em algumas regiões do nor-

¹⁰Conheça mais sobre o FUNDEF. Davies, Nicholas O fundef e as verbas da educação. São Paulo. Editora Xamã. 2001 e Monlevade, João e Ferreira, Eduardo. O fundef e seus pecados capitais. Brasília, Editora Idea. 1997.



deste, houve um acréscimo salarial dos docentes, o que não significou um patamar salarial adequado, visto que a União não cumpriu o valor mínimo por aluno determinado na lei.

Ao longo destes anos, duas medidas do Governo Federal reduziram os investimentos em educação pública. Primeiro, o artigo 212 da Constituição Federal de 1988 foi modificado pela Emenda Constitucional nº 14, que autorizou o governo a contingenciar parte do dinheiro por meio da Desvinculação de Receitas da União - DRU. Vamos explicar. A educação e a saúde têm uma porcentagem de recursos financeiros vinculados por lei. Só que o Governo Federal pode desvincular, ou seja, ele pode reter uma parte do dinheiro para fazer o que quiser.

Segundo, somente os impostos cobrados entram no cálculo dos percentuais para a educação. As contribuições escapam do cálculo previsto. Dessa maneira, subtraídas as contribuições e a isenção de impostos negociados com os empresários, diminui o montante de recursos financeiros para a educação básica e para o ensino superior público.

Na educação profissional e tecnológica também houve modificações. Primeiro, por meio do decreto 2.208 de 1997, que separou o ensino médio comum do ensino técnico profissionalizante, que passou a ter organização própria. Propôs que a rede de escolas técnicas, agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica estimulem maior flexibilidade aos currículos de forma a facilitar a adaptação do ensino às mudanças, promovam a aproximação dos núcleos profissionalizantes das escolas técnicas com o mundo empresarial e estimulem as parcerias públicas com empresas privadas para garantir o financiamento autônomo. Ao governo, parece ser inevitável que as escolas devem se submeter à lógica das atividades ligadas ao comércio.

Na educação superior houve uma expansão desordenada do ensino privado em todas as regiões do país. Na visão de alguns empresários, o ensino deve ser tratado com as mesmas regras do comércio e do mercado. Foi com este pensamento que proliferou nos municípios o ensino superior privado. Um negócio de compra e venda de serviços regidos e que obedecem às leis de mercado¹¹.

¹¹Dourado, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia. Editora UFG. 2001

Sabemos que a garantia efetiva ao direito e à educação, neste país, é uma luta permanente. O modo de produção econômico e as estruturas sociais aqui instaladas revelaram condições históricas de discriminação e de negação dos direitos e do acesso aos bens culturais. Somos uma nação construída na diversidade étnica, cultural e regional, fruto de uma formação heterogênea. Ainda há muitos estudantes em idade escolar fora da escola básica em todas as regiões do país. Há um número significativo de estudantes que terminaram o ensino médio e estão sem perspectivas de estudo e de trabalho. Portanto, os direitos sociais, entre eles a educação pública em qualquer dos níveis, são uma conquista e não podem ser tratados como um negócio rentável e lucrativo.

De fato, a sociedade brasileira está diante de duas concepções de educação distintas. Uma, que concebe a educação pública como direito humano universal e social, ultrapassando a visão estritamente pragmática, utilitária e mercantil.

A educação escolar pública é um instrumento fundamental para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico do país, de seu povo, e garantia dos direitos básicos de cidadania, de justiça social e dos valores democráticos.

Outra concepção de educação, concebida como parte das políticas econômicas surge no interior das instituições internacionais, especialmente, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio - OMC, e postulam a educação como mercadoria. Um serviço a ser explorado pelas mesmas regras do mercado livre e competitivo. Os defensores desta visão dizem que a função da escola é formar trabalhadores qualificados para o trabalho. Trabalho cada vez mais incerto.

Eis o nosso desafio! Compreender quais são e como atuam as forças políticas e econômicas externas que, junto com técnicos, ministros, secretários de educação e empresários internos, imprimem uma política para a educação brasileira em todo o país. Além disso, quais são e como atuam as forças nacionais nas decisões de políticas educacionais? E que concepção de educação abraçou nossa escola?



SIQUEIRA, Ângela C.
A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. *Revista Brasileira de Educação* - ANPED. nº 26. 2004.



Acredito ser necessário dizer que a educação não é mercadori-
ria. É, sim, um direito humano universal e social de homens
e mulheres, em todas as idades. Que o financiamento públi-
co para o ensino e a pesquisa não deve basear-se apenas no
valor do produto que se vende no mercado a todo instante.
Deve pautar-se, também, pelo valor social e pela possibilidade
de melhoria das condições e de qualidade de vida da popu-
lação. E que os direitos sociais conquistados não podem ser
trocados ou substituídos pelos direitos comerciais e de mer-
cado a todo instante.



SILVA, Maria Abádia.
Dívida externa e gestão
educacional. *Linhas
Críticas. n.º 18, Vol. 10,*
jan/jun de 2004. Pág. 85
a 99.

FONSECA, Marília.
TOSCHI, Mirza S.
OLIVEIRA, João
Ferreira (orgs.). Escolas
gerenciadas: *planos
de desenvolvimento
e projeto-político-
pedagógico em debate.*
Goiânia: UCG, 2004.

1. A privatização da educação pode expressar-se de duas maneiras: uma, na redução ou na realocação de recursos públicos da educação básica e ensino superior e, a outra, na destinação dos recursos públicos para o setor privado, seja pela concessão de bolsa de estudo, benefícios tributários, isenção de impostos, ou seja, pela reconfiguração da educação disponibilizando-a aos empresários como um negócio rentável e lucrativo.

2. O Governo Federal, parte dos estados e municípios estão dispostos a modificar a educação pública brasileira na legislação constitucional. Adotaram como política para a educação: a redução de investimentos públicos, recursos públicos distribuídos de acordo com os resultados previamente estabelecidos, padrão de qualidade e produtividade a ser incorporado, avaliação dos resultados e modelo de gestão gerencial-racional.

3. A sociedade civil organizada em sindicatos, associações, movimentos populares e organizações não governamentais participam e continuam participando ativamente dos processos de desenvolvimento da educação nacional. Apresentam propostas alternativas construídas nas lutas e nos espaços democráticos de participação. O que se pode afirmar é que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos é incompatível com a extensão dos direitos sociais à população e com a política de investimentos públicos adequados na educação básica e no ensino superior. Este é o cenário da luta coletiva!



Organize junto com o Conselho escolar de sua escola um debate sobre "Como acontecem os processos de privatização da escola pública". Se no seu município tiver alguma universidade ou faculdade, convide um professor e um funcionário de sua escola para juntos discutirem o tema,

e/ou

participe de uma reunião do Conselho Escolar. Registre no Memorial as principais questões discutidas no conselho. Em seguida, escreva sobre a maneira de participação dos funcionários nesse Conselho Escolar.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Cunha. *Gaiolas e asas*. www.rubemalves.com.br
- BENEVIDES, Maria Victória. *Cidadania e direitos humanos*. In: *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Cortez, n. 104, jul. 1989.
- BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. Porto Alegre: Difel, 1976.
- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília, Nov. 2004.
- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Básica. *Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de apoio escolar*. Parecer CNE/CEB n.16/2005. Aprovado em 03/08/2005.
- BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica*. Brasília. 2004.
- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Básica. *Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação. Em cena, os funcionários de escola*. Brasília, set. 2004.
- BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- CADERNOS CEDES. *Arte e manhas: dos projetos políticos e pedagógicos*. Campinas: v. 23, n. 61, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 83.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*. Brasília: Editora UnB, 1981. p. 51-52.
- CUNHA, Luis Antonio; GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- DAVIES, Nicholas. *O FUNDEF e as verbas da educação*. São Paulo: Xamã, 2001.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: UFG, 2001.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Instrução elementar no século XIX*. In. LOPES, Marta T. (Org.). *500 anos de educação no Bra-*

sil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 3ª. ed., 1979.

FONSECA, Marília e Veiga ALENCASTRO, Ilma Passos. (Orgs) *As dimensões do projeto político pedagógico*. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 39ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HILSDORF, Maria Lucia. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR / PUCPR, 2004.

LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: vol. 65 (159), maio/ago, 1984. p. 407- 425.

Manifesto: mais uma vez convocados. In: *Revista Educação e Ciências Sociais*. Ano IV. Vol. 4, nº10, abr. 1958.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. *Educação, africanidades, Brasil*. Brasília, 2006.

Ministério da Educação e Saúde. Obras complementares de Rui Barbosa. *Reforma do ensino primário*. Rio de Janeiro. Vol. X; tomo IV. 1883. p. 108-109.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. *Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis*. Brasília: s/d.

MONLEVADE, João; SILVA, Maria Abádia. *Quem manda na educação no Brasil*. Brasília: Idea, 2001.

REVISTA EXAME. *O meganegócio da educação*. Nº 7, abril, 2002.

RIBEIRO, Maria Luisa. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 10ª. ed., 1990.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SILVA JUNIOR, João Reis. *Reforma do Estado e da Educação*. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Maria Abádia. *Intervenção e Consentimento a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: FAPESP/Autores Associados, 2002.

SILVA, T. T.; GENTILLI, Pablo (Orgs) Escola S.A. *Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

SIQUEIRA, Ângela C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. *Revista Brasileira de Educação - ANPED* n. 26, 2004.

SOUZA, Hebert. *Quem governa o Brasil?* Folha de São Paulo, 11/08/1999.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena, C. *História e memória da educação no Brasil. Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1, 2004.

STEPHANOV, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil. Sec. XXI*. Petrópolis: Vozes, v. II, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. Rio de Janeiro: INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 37 (86). p. 59-79.

TEIXEIRA, Francisco M.P. *OSP/B: Organização Social e Política Brasileira*. São Paulo: Ática, 18ª edição, 1990.

VEIGA, Ilma Passos A. *Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2004.

Finalizando o Módulo: Educadores e educandos: tempos históricos

Espero ter contribuído na sua formação profissional. Que os conhecimentos adquiridos possam auxiliar a reflexão sobre seu trabalho na escola, na cidade onde mora e a estar em melhores condições para saber lidar com as transformações em curso.

Compreender as formas de organização da escola e da educação, foi nosso objetivo e a partir disso, ampliar horizontes para outros olhares e outras reflexões. A identidade profissional se constrói, sempre, todos os dias. Caso queira me escrever, meu e-mail é **abadia@unb.br**

Sucesso!

Obrigada.

Prof^a. Abádia

